

# **Fortbras Autopeças S.A. e Controladas**

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2023 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da  
Fortbras Autopeças S.A. e Controladas

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Fortbras Autopeças S.A. e Controladas (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Fortbras Autopeças S.A. e Controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Alexandre Cassini Decourt  
Contador  
CRC nº 1 SP 276957/O-4



**FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**  
 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	550.341	106.560	571.170	180.924	Fornecedores	11	306.553	269.846	376.764	358.732
Contas a receber de clientes	6	241.515	224.213	338.987	325.776	Impostos e contribuições a recolher		12.283	12.331	22.269	27.670
Estoques	7	622.299	466.724	779.404	713.788	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	1.938	11.079
Impostos a recuperar		54.161	16.865	68.199	44.736	Obrigações e encargos trabalhistas	12	43.608	38.094	49.116	49.432
Despesas antecipadas		1.115	1.129	1.118	1.141	Partes relacionadas	13	13.801	13.801	-	-
Outros créditos		27.305	18.320	29.281	22.872	Contas a pagar por aquisição de controladas	14	48.913	35.930	50.012	51.823
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.496.736</b>	<b>833.811</b>	<b>1.788.159</b>	<b>1.289.237</b>	Arrendamento mercantil a pagar	15	21.547	2.578	25.866	10.870
						Empréstimos e financiamentos	16	247.998	139.514	248.583	167.562
						Dividendos a pagar		4.530	-	4.530	-
						Adiantamento de clientes		5.054	3.433	7.171	6.770
						Instrumentos financeiros derivativos	18	10.408	-	10.408	-
						Outros passivos		2.736	1.347	5.661	3.683
<b>ATIVO NAO CIRCULANTE</b>						<b>Total do passivo circulante</b>		<b>717.431</b>	<b>516.874</b>	<b>802.318</b>	<b>687.621</b>
Outros créditos		3.549	3.995	6.251	5.467						
Partes relacionadas	13	40	20	-	-	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	86.999	82.714	99.649	95.574	Contas a pagar por aquisição de controladas	14	135.023	146.175	135.022	170.200
Investimentos	8	406.894	456.741	-	-	Empréstimos e financiamentos	16	791.043	443.246	791.043	581.827
Imobilizado	9	91.742	76.454	107.774	101.878	Provisão para contingências	17	4.504	5.472	4.713	5.794
Direito de uso de ativos	9	89.646	67.523	100.567	98.314	Instrumentos financeiros derivativos	18	560	-	560	-
Intangível	10	296.816	189.290	462.375	475.798	Arrendamento mercantil a pagar	15	69.873	61.127	77.131	83.166
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>975.686</b>	<b>876.737</b>	<b>776.616</b>	<b>777.031</b>	Outros passivos		321	501	321	507
						<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.001.324</b>	<b>656.521</b>	<b>1.008.790</b>	<b>841.494</b>
						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
						Capital social	20.a	90.318	70.318	90.318	70.318
						Reserva de capital	20.b	600.271	418.299	600.271	418.299
						Reserva de lucros	20.c	58.513	47.062	58.513	47.062
						Reserva de incentivos fiscais		4.565	1.474	4.565	1.474
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>753.667</b>	<b>537.153</b>	<b>753.667</b>	<b>537.153</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.472.422</b>	<b>1.710.548</b>	<b>2.564.775</b>	<b>2.066.268</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>2.472.422</b>	<b>1.710.548</b>	<b>2.564.775</b>	<b>2.066.268</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras



**FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
**PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**  
**(Em milhares de reais - R\$)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	21	2.004.830	1.351.088	2.749.760	2.423.400
Custo das mercadorias vendidas	22	(1.369.056)	(940.326)	(1.896.294)	(1.670.164)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>635.774</b>	<b>410.762</b>	<b>853.466</b>	<b>753.236</b>
Receitas (despesas) operacionais líquidas					
Despesas de vendas	22	(114.170)	(77.324)	(183.425)	(151.310)
Administrativas e gerais	22	(379.742)	(261.576)	(450.148)	(381.772)
Despesas com depreciação e amortização	22	(62.790)	(25.030)	(73.319)	(38.533)
Amortização da mais valia	22	(25.834)	(30.266)	(27.008)	(32.614)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	54.545	27.851	38.982	9.679
Resultado de equivalência patrimonial	22	38.043	73.285	-	-
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>145.826</b>	<b>117.702</b>	<b>158.548</b>	<b>158.686</b>
Receitas financeiras	24	33.785	21.369	41.492	34.999
Despesas financeiras	24	(151.089)	(100.230)	(166.234)	(128.447)
Ajuste a valor presente - aquisição de controladas	24	(9.526)	(9.829)	(10.562)	(11.963)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>18.996</b>	<b>29.012</b>	<b>23.244</b>	<b>53.275</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	78	(278)	(8.247)	(29.297)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(2)	17.424	4.075	22.180
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>19.072</b>	<b>46.158</b>	<b>19.072</b>	<b>46.158</b>
Lucro por ação - básico (centavos por ação)	20.d	0,2246	0,5625	0,2246	0,5625
Lucro por ação - diluído (centavos por ação)	20.d	0,2246	0,5625	0,2246	0,5625

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras



**FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**  
**(Em milhares de reais - R\$)**

---

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	19.072	46.158	19.072	46.158
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>19.072</u>	<u>46.158</u>	<u>19.072</u>	<u>46.158</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

---



**FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**  
**(Em milhares de reais)**

	Controladora e Consolidado							Total
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Reserva de incentivos fiscais	Lucros/ Prejuizos acumulados	
				Reserva legal	retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		70.318	423.620	4.737	47.641	-	-	546.316
Plano de opções de ações		-	273	-	-	-	-	273
Recompra de opções de ações		-	(5.594)	-	-	-	-	(5.594)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(11.000)	(11.000)
Dividendos pagos		-	-	-	(36.641)	-	(2.359)	(39.000)
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	(1.474)	1.474	-	-
Destinação para Reservas		-	-	2.308	30.491	-	(32.799)	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	46.158	46.158
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>70.318</u>	<u>418.299</u>	<u>7.045</u>	<u>40.017</u>	<u>1.474</u>	<u>-</u>	<u>537.153</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022		70.318	418.299	7.045	40.017	1.474	-	537.153
Aumento de capital	20.a	20.000	-	-	-	-	-	20.000
Aumento de reserva de capital	20.b	-	180.000	-	-	-	-	180.000
Plano de opções de ações	20.e	-	1.972	-	-	-	-	1.972
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	19.072	19.072
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	(3.091)	3.091	-	-
Destinação para Reservas		-	-	954	13.588	-	(14.542)	-
Dividendos a pagar		-	-	-	-	-	(4.530)	(4.530)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>90.318</u>	<u>600.271</u>	<u>7.999</u>	<u>50.514</u>	<u>4.565</u>	<u>-</u>	<u>753.667</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras



**FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS**

**DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO**

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>RECEITAS</b>	<b>2.117.217</b>	<b>1.453.467</b>	<b>2.915.331</b>	<b>2.601.581</b>
Venda de mercadoria, produtos e serviços	2.122.551	1.433.178	2.922.118	2.573.897
Outras receitas operacionais	(201)	22.907	(356)	31.544
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	(5.133)	(2.618)	(6.431)	(3.860)
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(1.507.599)</b>	<b>(1.040.197)</b>	<b>(2.146.223)</b>	<b>(1.881.346)</b>
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.408.383)	(975.831)	(1.962.663)	(1.727.764)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(99.216)	(64.366)	(183.560)	(153.582)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>609.618</b>	<b>413.270</b>	<b>769.108</b>	<b>720.235</b>
<b>DEPRECIações E AMORTIZAções</b>	<b>(88.624)</b>	<b>(55.296)</b>	<b>(100.327)</b>	<b>(71.147)</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>	<b>520.994</b>	<b>357.974</b>	<b>668.781</b>	<b>649.088</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>71.828</b>	<b>94.654</b>	<b>41.492</b>	<b>34.999</b>
Resultado de equivalência patrimonial	38.043	73.285	-	-
Receitas financeiras	33.785	21.369	41.492	34.999
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>592.822</b>	<b>452.628</b>	<b>710.273</b>	<b>684.087</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
Pessoal e Encargos:	280.073	189.490	327.590	280.906
Remuneração direta	223.706	155.228	262.445	227.307
Benefícios	38.303	23.040	43.643	36.308
FGTS	18.064	11.222	21.502	17.291
Impostos, taxas e contribuições:	111.159	86.638	157.144	184.833
Federais	64.887	61.259	86.470	126.903
Estaduais	44.162	23.907	68.333	55.583
Municipais	2.110	1.471	2.341	2.347
Remuneração de capital de terceiros:	182.518	130.342	206.467	172.190
Juros	140.880	95.063	153.181	121.276
Aluguéis	24.013	21.893	32.129	33.845
Ajuste a valor presente	17.625	13.386	21.157	17.069
Remuneração de capitais próprios:	19.072	46.158	19.072	46.158
Lucros retidos	19.072	46.158	19.072	46.158
<b>VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO</b>	<b>592.822</b>	<b>452.628</b>	<b>710.273</b>	<b>684.087</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais - R\$)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Lucro do exercício	19.072	46.158	19.072	46.158
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício				
com o caixa líquido gerado nas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	22 88.624	55.296	100.327	71.147
Resultado de equivalência patrimonial	8 (38.043)	(73.285)	-	-
Provisão para estoques obsoletos	7 (4.844)	1.848	(5.613)	(3.881)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 5.133	2.618	6.273	3.861
Provisão de PLR	(4.463)	(5.922)	(5.088)	(10.442)
Provisão para risco	17 (950)	1.276	(1.084)	1.035
Despesa com opções de ações	1.972	273	1.972	273
Baixa de ativo imobilizado e intangível	3.620	2.555	4.602	3.875
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferidos	19 (76)	(17.146)	4.172	7.117
Ajuste a valor presente e juros - aquisição de controladas	14 9.525	9.717	10.561	11.851
Ajuste a valor presente - Empréstimos	16 375	-	375	-
Despesas financeiras sobre empréstimos, arrendamentos e outras obrigações	129.809	81.618	140.770	91.544
Varição nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber de clientes	16.691	(20.733)	(19.484)	(43.863)
Estoques	(26.969)	(56.359)	(60.003)	(94.283)
Impostos a recuperar	(34.142)	6.465	(27.373)	(9.777)
Outros ativos e passivos	(6.258)	5.317	(7.509)	12.329
Fornecedores	2.927	74.053	18.032	79.771
Impostos e contribuições a recolher	(6.465)	(13.336)	(5.401)	10.858
Recebimento de dividendos de controladas	-	55.000	-	-
Partes relacionadas	13 (20)	32	-	-
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais e provisão de risco	58	(3.242)	3.872	2.377
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>155.576</u>	<u>152.203</u>	<u>178.473</u>	<u>179.950</u>
Imposto de renda e contribuição sociais pagos	-	(402)	(13.478)	(32.062)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(101.247)	(52.843)	(101.286)	(51.184)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>54.329</u>	<u>98.958</u>	<u>63.709</u>	<u>96.704</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(42.993)	(20.970)	(49.064)	(28.671)
Aquisição de ativo intangível	(16.263)	(14.917)	(17.935)	(20.748)
Caixa recebido através de incorporação de controladas	24.203	42.760	-	7.677
Amortizações - contas a pagar aquisição de controlada	14 (36.056)	(63.592)	(48.263)	(148.592)
Aumento de capital em controladas	-	(13.224)	-	-
Aumento de capital	20.a 20.000	-	20.000	-
Aumento de reserva de capital	180.000	-	180.000	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>128.891</u>	<u>(69.943)</u>	<u>84.738</u>	<u>(190.334)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Recompra de opções de ações	-	(5.594)	-	(5.594)
Captação de debêntures, líquida de custos de estruturação	346.127	-	346.127	159.235
Captação de empréstimos	223.638	148.099	226.061	150.102
Pagamentos de empréstimos e debêntures	(285.191)	(85.693)	(298.260)	(88.113)
Pagamentos - operações de arrendamento mercantil	15 (24.013)	(21.893)	(32.129)	(33.845)
Dividendos pagos	-	(53.119)	-	(53.119)
Juros sobre capital próprio pagos	-	(33.905)	-	(33.905)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>260.561</u>	<u>(52.105)</u>	<u>241.799</u>	<u>94.761</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>443.781</u>	<u>(23.090)</u>	<u>390.246</u>	<u>1.131</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	106.560	129.650	180.924	179.793
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	550.341	106.560	571.170	180.924
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>443.781</u>	<u>(23.090)</u>	<u>390.246</u>	<u>1.131</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fortbras Autopeças S.A. (“Companhia” ou “Grupo”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Av. Manuel Bandeira, 291 - Bloco D - 1º Piso - Vila Leopoldina, São Paulo - SP. O seu acionista controlador é o Stuttgart Investimentos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, localizado no Brasil, o qual, por sua vez é administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda, também localizada no Brasil.

A Companhia e suas controladas (o “Grupo”) têm como atividades principais o comércio, em varejo, e-commerce, e atacado bem como importação de peças e acessórios para veículos automotores.

A Companhia tem expandido suas operações por meio de aquisições realizadas nos últimos anos, e vem racionalizando sua estrutura societária com a incorporação de suas controladas. Conforme detalhes e saldos demonstrados na nota explicativa nº 8:

- Em 2022 a Companhia efetivou a aquisição da Jaicar Autopeças Ltda. anteriormente denominada Batista e Naves Ltda., sociedade empresária limitada sediada em Goiânia-GO com 11 unidades localizadas no estado de Goiás e 1 unidade no estado de Tocantins. Incorporou as controladas Rondobras Autopeças Importadora e Exportadora Ltda.- Acre, pelo acervo líquido contábil no montante de R\$34.178, Distribuidora de Autopeças Rondobras Ltda.- Rondônia, pelo acervo líquido contábil no montante de R\$139.549, e Autopeças Rondobras Ltda.- Mato Grosso, pelo acervo líquido contábil no montante de R\$44.999, e adicionalmente inaugurou 31 unidades espalhadas pelo Brasil e encerrou o exercício com 217 lojas distribuídas pelo Brasil.
- Em 2023, a Companhia incorporou as controladas Rondobras do Amazonas Distribuidora de Autopeças Ltda., pelo acervo líquido contábil no montante de R\$45.934, e Jaicar Autopeças Ltda., pelo acervo líquido contábil no montante de R\$64.402, também ampliou seu crescimento orgânico inaugurando 25 unidades, e atualmente a conta com 242 lojas distribuídas pelo Brasil.

A análise da evolução da posição financeira e resultados das operações deve levar em conta essas operações.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As informações sobre políticas contábeis materiais da Companhia são demonstradas a seguir. Destaque-se que a Companhia divulga voluntariamente as informações demonstradas abaixo, incluindo os respectivos valores comparativos:

- Demonstração do valor adicionado (vide nota explicativa nº 2.16).
- Segmentos operacionais (vide notas explicativas nº 2.17 e nº 23).

##### 2.1. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, é o real - R\$. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

As demonstrações dos resultados dos exercícios, individuais e consolidadas, possuem desagregações de despesas que estão sendo apresentadas por conta de sua relevância na compreensão do desempenho da Companhia por parte dos usuários destas informações.

### Continuidade operacional

A Administração da Companhia tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, adota-se a base contábil de continuidade operacional na elaboração destas demonstrações financeiras.

### 2.3. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas controladas) elaboradas até 31 dezembro de cada exercício. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia possui participação integral de todas as suas controladas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8. Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do Grupo são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

### 2.4. Combinações de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – “Combinação de Negócios”. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia na data de aquisição, dos passivos incorridos pela Companhia com relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da entidade adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por, se aplicável:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios aos empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 e IAS 19, respectivamente (equivalentes aos CPC 32 – Impostos sobre a Renda e CPC 33 (R1) – Benefícios aos empregados).
- Passivos ou instrumentos patrimoniais relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações da Companhia celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 (CPC 10 (R1)) – Pagamentos Baseados em Ações - na data de aquisição (vide a seguir).
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 (CPC 31 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas) são mensurados conforme essa norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a reavaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa.

Quando a contraprestação transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, a contraprestação contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contraprestação transferida em uma combinação de negócios. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (vide acima) ou os ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

As transações de aquisições de negócios são demonstradas na nota explicativa nº 8.

## 2.5. Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido e mensurado conforme descrito acima.

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado para cada unidade geradora de caixa (“UGC”) que irá se beneficiar das sinergias das combinações de negócios.

As unidades geradoras de caixa aos quais o ágio foi alocado são submetidas no mínimo anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável de determinada UGC identificada no contexto das combinações de negócios for menor que o seu valor contábil (“carrying amount”), a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa e, posteriormente, aos outros ativos da Companhia, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. Se aplicável, eventuais perdas por redução ao valor recuperável do ágio serão reconhecidas no resultado do exercício.

A estrutura de reporte do “goodwill” da Companhia utiliza a alocação do “goodwill” tomando por base as UGCs – Unidades Geradoras de Caixa “varejo”, “e-commerce”, e “atacado”, conforme detalhado na nota explicativa nº 10 Intangível.

## 2.6. Reconhecimento de receita

### Venda de mercadorias

A Companhia comercializa peças e acessórios para veículos automotores, no varejo, e no atacado, por meio de seus próprios pontos de venda, centros de distribuição, via telefone, aplicativos de vendas e *e-commerce*. A receita é reconhecida quando o controle das mercadorias é transferido, isto é, quando o cliente adquire as mercadorias no ponto de venda, ou quando a mercadoria é enviada ao cliente. O pagamento do preço da transação é devido imediatamente quando o cliente adquire as mercadorias e os riscos e benefícios são transferidos.

As garantias dadas aos consumidores correspondem àquelas determinadas pela legislação aplicável no Brasil, sendo que em caso de devolução por defeitos de fabricação, a Companhia possui o direito de obter a substituição e garantia pelos seus fornecedores.

#### Serviços de instalação

A Companhia fornece serviços de instalação de diversos produtos por ela comercializados. O pagamento pelos serviços de instalação é devido pelo cliente quando os serviços de instalação são concluídos. A receita é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço prestado, que geralmente ocorre no mesmo dia de sua contratação.

#### 2.7. Arrendamento

A Administração da Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, sem considerar a inflação futura projetada, descontados à taxa de juros aplicável, na data, a financiamentos da Companhia. Esta taxa incremental de captação representa o custo de financiamentos de bens com características semelhantes e prazos semelhantes àqueles relacionadas às operações de arrendamento mercantil. De acordo com contratos de arrendamento, os fluxos de pagamentos futuros são indexados por índices inflacionários, entretanto, para fins contábeis de apuração do passivo de arrendamento a Companhia não considera a inflação futura projetada.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos), deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento a receber, e pagamentos variáveis que dependem de um índice ou uma taxa.

O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial e é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do ciclo de negócios e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada.
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice de reajuste, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial, sendo depreciados durante o período de arrendamento, e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor, sendo que as taxas de depreciação são informadas na nota explicativa nº 9.

A Companhia aplica a IAS 36 (CPC 01 (R1)) para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas conforme descrito na política relacionada ao “Imobilizado”.

## 2.8. Tributos sobre o lucro

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

### Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base na alíquota combinada de 25% para IRPJ (“Imposto de Renda Pessoas Jurídicas”), incluindo adicional de 10% sobre base tributável superior a R\$240 mil no ano; e 9% para CSLL (“Contribuição Social sobre o Lucro Líquido”) conforme a legislação tributária vigente no Brasil.

### Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças temporárias entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo.

Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis, conforme citado acima. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados (apresentados pelo valor líquido) quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável.

### Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

#### 2.9. Imobilizado

O imobilizado é mensurado ao custo de aquisição ou ao seu valor recuperável, se aplicável. A depreciação é reconhecida de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, sendo que as taxas de depreciação são informadas na nota explicativa nº 9.

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do período de relatório e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado.

#### 2.10. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, sendo que as taxas de amortização são demonstradas na nota explicativa nº 10.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável.

#### 2.11. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos necessários para efetuar a comercialização, venda e distribuição dos estoques. Os custos são compostos pelos custos de aquisição da mercadoria a ser revendida, impostos não recuperáveis, crédito de impostos sobre compras, bem como custos gerais incorridos, tais como fretes e armazenagem para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio e alocados ao resultado.

##### 2.11.1. Base da estimativa de perdas esperadas com estoques de “giro lento”

A base estatística das perdas é resultado da evolução, considerando um período de 3 (três) anos, das curvas de vendas sucessivas dos saldos de estoques, segregada por “safras”. A base é construída a partir da análise estatística anual consecutiva da idade do estoque (“última venda de cada item do estoque”). Neste caso entende-se como última venda, a venda do item independente da distribuição e localidade do estoque, a análise da venda por item é consolidada na companhia.

Cada “safra” equivale ao total dos estoques no respectivo período, que houve alguma venda do item, porém em período superior a 1 (um) ano da data base do estoque, e assim sucessivamente, construindo uma matriz de probabilidade de não venda com base no histórico das vendas por item.

Essa sistemática é aplicada utilizando a base histórica das movimentações de vendas considerando o saldo de estoques dos últimos 3 anos consecutivos, quando se pode presumir que saldos de estoques subsequentes serão de montante desprezível.

Ao final desse período, a perda decorrente do giro lento de estoques em cada safra será o resultado da multiplicação dos percentuais de rolagem do estoque safra a safra até a safra cujo período seja inferior à idade média da frota de veículos em circulação. Dado a característica do negócio, e por se tratar de itens do estoque não perecíveis em função da idade média da frota de veículos em circulação no país, estamos aplicando o percentual de 100% para as safras cuja itens foram vendidos em período superior à idade média da frota circulante de veículos. Os dados relativos à idade média da frota de veículos em circulação serão obtidos através de informações divulgadas pelos órgãos de classe do setor.

## 2.12. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber e contas a pagar que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### 2.12.1. Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado.

### 2.12.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Contas a receber de clientes representa o principal ativo financeiro da Companhia, para as quais a Companhia reconhece perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa sobre os valores em aberto, por meio de matriz de probabilidade de inadimplência com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustada por fatores conjunturais eventualmente capturados pela Administração da Companhia no decorrer de cada exercício social. No julgamento da Administração, o risco de crédito do grupo de contas a receber de clientes é baixo, uma vez que:

- (1) A Administração da Companhia implementou atividades de controles internos que asseguram análise e aprovação de crédito para vendas a prazo. Os devedores apresentam, em geral, capacidade suficiente de cumprir suas obrigações no curto prazo.

Como regra geral, as perdas em recebíveis de clientes refletem, ao longo do tempo, as políticas de crédito e cobrança da Companhia, assim como ações específicas de gestão de inadimplência, inclusive renegociações de prazos e condições. Essa correlação permite e justifica a adoção de uma base estatística de perdas reais do passado recente para estimar as perdas esperadas na base atual de contas a receber por meio de matriz de estimativa baseada na experiência de inadimplência passada (histórico de perdas) buscando estabelecer a melhor estimativa contábil da perda de crédito estimada ao longo do tempo, as referidas práticas estão mencionadas a seguir:

- As bases estatísticas da estimativa de perdas são resultado da evolução, durante 13 meses, das cobranças mensais sucessivas das contas a receber de clientes, segregada por “Fases”, sendo que cada “Fase” mensal equivale ao total das contas a receber naquele mês, com vencimento no mês seguinte. A base é construída a partir da análise mensal consecutiva de idade das contas a receber (“aging list”).
- Essa sistemática é aplicada durante 13 meses consecutivos, quando se pode presumir que cobranças subsequentes serão de montante desprezível. Ao final desse período, a perda de crédito em cada fase será o resultado da multiplicação dos 13 percentuais de rolagem.
- O cálculo do saldo a provisionar é a multiplicação do coeficiente de perda (média móvel últimos 6 meses) sobre a carteira de recebíveis em aberto até 360 dias, somado aos recebíveis vencidos à mais de 360 dias.

#### 2.12.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro. São exceções, entre outros, os passivos com valor de liquidação flutuante, derivativos e a contraprestação contingente em uma aquisição de negócios, que devem ser mensurados ao valor justo, com as alterações reconhecidas no resultado.

#### 2.12.4. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratou, ao longo de 2023, instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco de câmbio, por meio de um swap cambial. Maiores informações sobre instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas na nota 18.

Derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. O ganho ou a perda resultante é reconhecido no resultado imediatamente a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de hedge, em cujo caso a data de reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de hedge.

O derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo financeiro enquanto o derivativo com valor justo negativo é reconhecido como passivo financeiro. Derivativos não são baixados nas demonstrações financeiras a menos que a Companhia tenha o direito legal e a intenção de baixá-los. O derivativo é apresentado como ativo não circulante ou passivo não circulante se o vencimento remanescente do instrumento for maior que 12 meses e não seja esperada sua realização ou liquidação em até 12 meses. Outros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante.

### 2.13. Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

### 2.14. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As principais provisões da Companhia são relativas as contingências tributárias, cíveis e trabalhistas.

### 2.15. Plano de Opção de Compra de Ações – “Stock Options”

A Companhia mensura o custo de transações baseadas em ações com funcionários (planos de “stock options”) baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação de determinadas variáveis como a vida esperada da opção, volatilidade da ação, rendimento de dividendos, dentre outras.

Os detalhes a respeito da determinação do valor justo das “stock options” e os efeitos subsequentes nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 20e.

## 2.16. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como informação suplementar às suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”.

Em sua primeira parte a DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de produtos para revenda, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros.

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## 2.17. Informações por Segmento

Em conformidade com o CPC 22(IFRS 8), a gestão da Companhia analisa seus resultados operacionais levando em conta a complexidade trazida pelo porte e diversidade de seus negócios, exigindo estratégias diferenciadas de alcance do mercado potencial que se deseja atingir. O processo de tomada de decisão é orientado com foco na gestão desses segmentos, assim como à alocação de investimentos e recursos. Nossas marcas e bandeiras são conhecidas, nossa amplitude geográfica é extensa e nossa linha de produtos é diversificada, sempre requerendo atenção gerencial, mas não são fatores que aconselhem foco estratégico diferenciado.

As tendências atuais da demanda de nossos produtos, a natureza diversificada de nossos clientes e a expansão generalizada do comércio eletrônico determinam nosso foco em estratégias diferenciadas em 3 segmentos de negócios: varejo, e-commerce e atacado. A Administração, na figura do Comitê de Gestão Executiva (o principal gestor das operações da entidade), monitora separadamente os resultados operacionais de cada segmento operacional para tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

As informações por segmentos são demonstradas na nota explicativa nº 23.

## 2.18. Ajuste a valor presente (“AVP”)

No reconhecimento inicial e mensuração de determinados passivos a Companhia aplica o conceito de AVP conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – “Ajuste a Valor Presente”. A principal rubrica impactada por esse conceito refere-se às contas a pagar por aquisição de controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº14.

## 2.19. Subvenções governamentais

As subvenções para investimento são decorrentes da redução da base de cálculo do ICMS das vendas dentro do Estado e redução do ICMS gerado nas vendas interestaduais. Tais subvenções são apuradas mensalmente e registradas a crédito da rubrica dedução de impostos sobre vendas (ICMS), refletidas, portanto, na rubrica de receita operacional líquida.

## 2.20. Lucro por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o período, sendo a média ponderada utilizada no cálculo do resultado por ação.

O lucro diluído por ações da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, considera o incremento diluidor nas ações ordinárias em função dos planos de opções de ações.

## 3. ADOÇÃO DAS IFRSs NOVAS E REVISADAS

### 3.1. Alterações e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Durante o exercício de 2023, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e International Accounting Standards Board (IASB) as revisões das normas e novas normas, conforme listado abaixo, em vigor no exercício de 2023. A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 26 / IAS 1	Divulgação de políticas contábeis "materiais" em vez de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las.
Alterações ao CPC 23 / IAS 8	Explicação da distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.
Adoção ao CPC 50 / IFRS 17	Em 10 de janeiro de 2023, entrou em vigência a Norma IFRS 17 / CPC 50 "Contratos de Seguros", em particular, todas as entidades, incluindo aquelas que não são seguradoras, também terão de considerar se celebraram quaisquer contratos que cumpram a definição de contratos de seguro.
	Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, obrigações de descomissionamento e restauração.
Alterações ao CPC 32 / IAS 12	Requer isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE (Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

### 3.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes

Adicionalmente, o CPC e o IASB emitiram novos pronunciamentos e revisões de pronunciamentos existentes, os quais entra obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2024. As principais alterações são:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações ao CPC 03 / IAS 7 e CPC 40 / IFRS 7	Definição e divulgação de informações adicionais para financiamento de fornecedores	01/01/2024
Alterações no CPC 26 / IAS 1	Definição da mudança na divulgação de passivos de longo prazo com Covenants e classificação do passivo como circulante ou não circulante	01/01/2024
Alterações no CPC 02 / IAS 21	Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada uma taxa de câmbio à vista quando da falta de cambiabilidade	01/01/2025
Alterações ao CPC 06 (R2) / IFRS 16	Tratamento do passivo de arrendamento nas transações de <i>Sale and Leaseback</i>	01/01/2024
Adoção ao IFRS S1	Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	01/01/2024
Adoção ao IFRS S2	Divulgações relacionadas ao clima	01/01/2024
Alterações ao CPC 18 (R2) / IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida

A administração da Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da companhia em períodos futuros.

### 4. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou no período da revisão e em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

## 4.1. Principais fontes de incerteza nas estimativas

A administração da Companhia, durante o processo de aplicação das políticas contábeis, estabelece estimativas que afetam as demonstrações financeiras.

Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (ágio), teste de recuperabilidade de ativos não financeiros, valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, perdas estimadas para itens de giro lento de estoques, e provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	3.120	1.694	3.245	2.732
Bancos contas corrente	16.751	1.969	17.079	1.650
Aplicações financeiras	<u>530.470</u>	<u>102.897</u>	<u>550.846</u>	<u>176.542</u>
	<u>550.341</u>	<u>106.560</u>	<u>571.170</u>	<u>180.924</u>

As aplicações financeiras são estruturadas em títulos de Renda Fixa, com remuneração entre 100 e 103% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) nos períodos de 2022 e 2023. Saldo finais em contas correntes são aplicados em contratos bancários automáticos ainda em CDB (Certificados de Depósitos Bancários) com conversibilidade imediata de caixa e insignificante risco de mudança de valor. (A exposição da Companhia e suas controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na nota explicativa nº 25.b).

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Clientes (a)	274.365	251.661	376.155	357.299
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD	<u>(32.850)</u>	<u>(27.448)</u>	<u>(37.168)</u>	<u>(31.523)</u>
	<u>241.515</u>	<u>224.213</u>	<u>338.987</u>	<u>325.776</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2023 o montante de contas a receber com partes relacionadas na controladora é de R\$6.699, e em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$3.977.

A maioria dos clientes são consumidores finais, frotas de empresas de transporte, instaladores e oficinas mecânicas. O prazo médio de recebimento de clientes é de 50 dias e 51 dias em 2023 e 2022, respectivamente, calculado com base na média do contas a receber. As contas a receber apresentam a seguinte composição por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	213.669	207.302	303.153	297.738
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	15.692	10.937	20.995	18.741
De 31 a 60 dias	2.522	2.434	3.521	3.562
De 61 a 90 dias	1.733	1.178	2.247	1.811
De 91 a 180 dias	3.452	3.112	4.247	4.061
De 181 a 360 dias	4.849	11.223	6.180	14.846
Acima de 360 dias	32.448	15.475	35.812	16.540
	<u>274.365</u>	<u>251.661</u>	<u>376.155</u>	<u>357.299</u>

Historicamente este instrumento financeiro apresenta risco baixo de inadimplência, sendo que os valores com estimativa de perdas até 360 dias representam, em 31 de dezembro de 2023: 0,61% no Varejo e 0,65% no Atacado (0,33% e 0,35%, respectivamente, em 2022). A Companhia entende que não há risco de crédito no e-commerce haja vista toda a venda ser feita no cartão de crédito ou débito, ou com pagamento antecipado.

A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do período	(27.448)	(24.413)	(31.524)	(26.469)
Adição de perda estimada	(5.133)	(2.618)	(6.273)	(3.861)
Adição por incorporação de controlada (nota nº 8)	(269)	(417)	-	-
Adição por aquisição de controlada (nota nº 8)	-	-	-	(1.193)
Baixa por perda efetiva	-	-	629	-
Saldo no final do período	<u>(32.850)</u>	<u>(27.448)</u>	<u>(37.168)</u>	<u>(31.523)</u>

## 7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Mercadorias para revenda	625.840	471.894	783.648	723.645
Estimativa para perda de estoques obsoletos	(3.541)	(5.170)	(4.244)	(9.857)
	<u>622.299</u>	<u>466.724</u>	<u>779.404</u>	<u>713.788</u>

A estimativa para perda de estoques obsoletos foi constituída conforme política mencionada em nota 2.11.1.

A movimentação da estimativa para perda de estoques obsoletos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo no início do período	(5.170)	(1.581)	(9.857)	(10.024)
Adição e reversão de estimativa	4.844	1.848	5.613	3.881
Adição por aquisição de controladas (nota nº 8)	-	-	-	(3.714)
Adição por incorporação de controladas (nota nº 8)	(3.215)	(5.437)	-	-
Saldo no final do período	<u>(3.541)</u>	<u>(5.170)</u>	<u>(4.244)</u>	<u>(9.857)</u>

## 8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Os valores relacionados aos investimentos em controladas são conforme segue:

	Controladora	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Patrimônio Líquido	241.177	251.084
Mais-Valia (a)	28.225	50.675
Ágio União	137.492	137.492
Ágio Rondobras	-	17.490
	<u>406.894</u>	<u>456.741</u>

O quadro abaixo apresenta um sumário das participações societárias nas empresas controladas pela Companhia ("Controladora"):

	Participação		Patrimônio Líquido	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ambra Logística Ltda.	100,00%	100,00%	4.681	4.946
Atacado União Ltda.	100,00%	100,00%	195.761	163.384
Hipervarejo Ltda.	100,00%	100,00%	6.789	10.365
União Peças Itaperuna Ltda.	100,00%	100,00%	2.346	2.366
Rondobras do Amazonas Distribuidora de Autopeças Ltda - Amazonas.	100,00%	100,00%	-	41.433
Autopeças Rondobras Ltda. - Roraima	100,00%	100,00%	31.600	28.590
			<u>241.177</u>	<u>251.084</u>

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas a seguir:

Em 31 de dezembro de 2023 (controladas)

	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro Líquido
Ambra Logística Ltda.	390	5.820	255	1.274	4.681	-	(265)
Atacado União Ltda.	331.458	36.472	166.750	5.419	195.761	731.524	32.374
Hipervarejo Ltda..	36.872	2.067	31.943	207	6.789	170.455	(3.575)
União Peças Itaperuna Ltda	2.800	267	697	24	2.346	4.281	(19)
Rondobras do Amazonas							
Distribuidora de Auto Peças Ltda.	-	-	-	-	-	69.812	(132)
Auto Peças Rondobras Ltda. – Roraima	34.328	2.860	5.009	579	31.600	39.598	3.009
Jaicar Auto Peças Ltda.	-	-	-	-	-	72.651	6.651
<b>Total</b>	<b>405.848</b>	<b>47.486</b>	<b>204.654</b>	<b>7.503</b>	<b>241.177</b>	<b>1.088.321</b>	<b>38.043</b>

Em 31 de dezembro de 2022 (controladas)

	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro Líquido
Ambra Logística Ltda.	489	4.953	410	86	4.946	690	112
Atacado União Ltda.	270.561	35.412	136.182	6.407	163.384	610.631	26.756
Hipervarejo Ltda..	25.463	1.729	16.010	817	10.365	175.501	557
União Peças Itaperuna Ltda	2.632	365	475	156	2.366	3.642	59
Distribuidora de Auto Peças							
Rondobras Ltda - Rondônia	-	-	-	-	-	187.919	17.989
Rondobras do Amazonas							
Distribuidora de Auto Peças Ltda.	215.906	111.482	105.018	180.937	41.433	287.220	18.453
Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda - Acre	-	-	-	-	-	21.759	2.155
Auto Peças Rondobras Ltda. - Roraima	36.639	2.750	10.003	796	28.590	45.882	5.799
Auto Peças Rondobras Ltda – Mato Grosso	-	-	-	-	-	44.022	1.405
<b>Total</b>	<b>551.690</b>	<b>156.691</b>	<b>268.098</b>	<b>189.199</b>	<b>251.084</b>	<b>1.377.266</b>	<b>73.285</b>

A movimentação dos investimentos em controladas como segue:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do período	456.741	727.870
Distribuição de dividendos-sem efeito caixa	-	13.548
Recebimento de dividendos da controlada Rondobras Amazonas	-	(55.000)
Aumento de capital em controlada	-	13.224
Amortização sobre mais valia	(13.395)	(20.502)
Equivalência patrimonial	38.043	73.285
Acervo líquido incorporado de controladas (2)	(110.934)	(218.726)
Reclassificação para o ativo intangível – incorporação	(107.322)	(76.958)
Incorporação de Investimento de controladas (3)	143.163	128.880
Amortização sobre mais valia - em adquirida de controlada (1)	-	(2.348)
Equivalência patrimonial - em adquirida de controlada (1)	-	11.296
Controlada indireta eliminada na Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda. - Aquisição em controlada (1)	-	(137.828)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>406.894</b>	<b>456.741</b>

- (1) Aquisição da sociedade Jaicar Autopeças Ltda., pela controlada Rondobras do Amazonas Distribuidora de Autopeças Ltda.
- (2) Em 2023 incorporação de controladas Rondobras do Amazonas Distribuidora de Autopeças Ltda., e Jaicar Autopeças Ltda. Em 2022 incorporação das controladas Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda. – Acre, Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda. – Rondônia, Auto Peças Rondobras Ltda. – Mato Grosso.
- (3) Incorporação de Investimento de controlada – Jaicar Autopeças Ltda.

Aquisições de controladas

Os principais ativos e passivos identificados na alocação preliminar de valor justo na combinação de negócios foram:

	<u>Custo histórico</u>	<u>Ajuste a valor justo</u>	<u>Ativos/ a passivos a valor justo</u>
<b>Ativos circulante:</b>			
Adiantamento a fornecedores e outros créditos ativos	82	-	82
Caixa e equivalentes de caixa	7.677	-	7.677
Contas a receber de clientes	14.962	-	14.962
Impostos a recuperar	211	-	211
Estoques	25.818	-	25.818
<b>Ativos não circulante:</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.095	-	2.095
Direito de uso	10.744	-	10.744
Imobilizado	4.074	-	4.074
Intangível (1)	0	22.530	22.530
Outros créditos	118	-	118
<b>Passivo circulante:</b>			
Fornecedores e outras contas a pagar	(4.954)	-	
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais	(4.042)		
Adiantamento de clientes	(473)		
Arrendamento mercantil (IFRS 16)			
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(485)		
Imposto e contribuição a recolher	(1.860)		
<b>Passivo não circulante</b>			
Arrendamento mercantil (IFRS 16)	(9.961)		
Contas a pagar – aquisição de controlada	3.295		
Provisão para riscos	(101)		
<b>Ativos líquidos adquiridos</b>	<u>46.417</u>	<u>22.530</u>	<u>68.947</u>
Conta prestação			128.880
Ágio (“goodwill”)			59.933

Incorporações:

A Companhia incorporou, em 1º de julho de 2023, a sua controlada Jaicar Autopeças Ltda. O acervo líquido, a valor contábil, foi incorporado conforme laudos preparados por especialistas, totalizando R\$64.402, sumariado no quadro a seguir:

<u>Ativos</u>	<u>R\$mil</u>	<u>Passivos</u>	<u>R\$mil</u>
Caixa e equivalentes de caixa	16.920	Fornecedores e outras contas a pagar	(16.081)
Contas a receber de clientes (a)	17.312	Impostos e contribuições a recolher	(2.230)
		Imposto de renda e	
Estoques (b)	43.685	contribuição social a recolher	(1.002)
Adiantamento a fornecedores e outros créditos	761	Salários a pagar e encargos sociais	(5.328)
Impostos a recuperar	421	Adiantamento de clientes	(511)
Outros créditos	4.136	Arrendamento mercantil	(11.318)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	348		
Imobilizado	6.152		
Direito de uso de imóveis	10.732		
Intangível	405		
		Acervo líquido incorporado	<u>64.402</u>

(a) Valor líquido de contas a receber, considerando o montante de R\$877 de estimativa para créditos de liquidação duvidosa.

(b) Valor líquido de estoque, considerando o montante de R\$2.351 de estimativa para perda de estoques obsoletos.

A Companhia incorporou, em 1º de maio de 2023, a sua controlada Rondobras do Amazonas Distribuidora de Autopeças Ltda. - Amazonas. O acervo líquido, a valor contábil, foi incorporado conforme laudos preparados por especialistas, totalizando R\$45.934, sumariado no quadro a seguir:

<u>Ativos</u>	<u>R\$mil</u>	<u>Passivos</u>	<u>R\$mil</u>
Caixa e equivalentes de caixa	7.283	Fornecedores e outras contas a pagar	(17.699)
Contas a receber de clientes (a)	21.814	Impostos e contribuições a recolher	(4.187)
		Imposto de renda e	
Estoques (b)	80.077	contribuição social a recolher	(485)
Adiantamento a fornecedores e outros créditos	1.993	Salários a pagar e encargos sociais	(3.721)
		Contas a pagar por	
Impostos a recuperar	4.142	aquisição de controladas	(34.470)
Outros créditos	990	Empréstimos e financiamentos	(163.521)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.939	Provisão para riscos	(6)
Investimentos	143.163	Arrendamento mercantil	(7.918)
Imobilizado	5.991		
Direito de uso de imóveis	8.284		
Intangível	265		
		Acervo líquido incorporado	<u>45.934</u>

- (a) Valor líquido de contas a receber, considerando o montante de R\$177 de estimativa para créditos de liquidação duvidosa.
- (b) Valor líquido de estoque, considerando o montante de R\$864 de estimativa para perda de estoques obsoletos.

A Companhia incorporou em 1º de maio de 2022 a sua controlada Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda. – Acre. O acervo líquido foi incorporado à valor de livros, segundo laudos preparados por especialistas, totalizando R\$34.178, sumariado no quadro a seguir:

Ativos	R\$mil	Passivos	R\$mil
Caixa e equivalentes de caixa	8.089	Fornecedores e outras contas a pagar	(5.968)
Contas a receber de clientes (a)	6.526	Impostos e contribuições a recolher	(355)
Estoques (b)	22.862	Imposto de renda e contribuição social a recolher	(1.189)
Adiantamento a fornecedores e outros créditos	504	Salários a pagar e encargos sociais	(1.692)
Impostos a recuperar	691	Outros passivos	(60)
Outros créditos	30	Provisão para riscos	(17)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	736	Arrendamento mercantil	(878)
Imobilizado	2.081		
Direito de uso de imóveis	2.785		
Intangível	33		
		Acervo líquido incorporado	<u>34.178</u>

- (a) Valor líquido de contas a receber, considerando o montante de R\$25 de estimativa para créditos de liquidação duvidosa.
- (b) Valor líquido de estoque, considerando o montante de R\$1.821 de estimativa para perda de estoques obsoletos.

A Companhia incorporou em 1º agosto de 2022 a sua controlada Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda. - Rondônia. O acervo líquido incorporado, segundo laudos preparados por especialistas, totalizou R\$139.549, sumariado no quadro a seguir:

Ativos	R\$mil	Passivos	R\$mil
Caixa e equivalentes de caixa	34.433	Fornecedores e outras contas a pagar	(37.529)
Contas a receber de clientes (a)	45.525	Impostos e contribuições a recolher	(3.748)
Estoques (b)	93.207	Imposto de renda e contribuição social a recolher	(13.515)
Adiantamento a fornecedores e outros créditos	1.660	Salários a pagar e encargos sociais	(11.936)
Impostos a recuperar	10.259	Provisão para riscos	(140)
Outros créditos	3.435	Arrendamento mercantil	(5.029)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.089	Fornecedores e outras contas a pagar	(37.529)
Imobilizado	6.931		
Direito de uso de imóveis	8.388		
Intangível	4.519		
		Acervo líquido incorporado	<u>139.549</u>

- (a) Valor líquido de contas a receber, considerando o montante de R\$313 de estimativa para créditos de liquidação duvidosa.
- (b) Valor líquido de estoque, considerando o montante de R\$2.806 de estimativa para perda de estoques obsoletos.

A Companhia incorporou em 1º de outubro de 2022 a sua controlada Auto Peças Rondobras Ltda. - Mato Grosso. O acervo líquido incorporado, segundo laudos preparados por especialistas, totalizou R\$44.999, sumariado no quadro a seguir:

Ativos	R\$mil	Passivos	R\$mil
Caixa e equivalentes de caixa	238	Fornecedores e outras contas a pagar	(13.359)
Contas a receber de clientes (a)	10.987	Imposto de renda e contribuição social a recolher	(1.111)
Estoques (b)	40.835	Salários a pagar e encargos sociais	(2.262)
Adiantamento a fornecedores e outros créditos	503	Arrendamento mercantil	(3.603)
Impostos a recuperar	1.494		
Outros créditos	185		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	598		
Imobilizado	6.718		
Direito de uso de imóveis	3.797		
Intangível	178		
		Acervo líquido incorporado	<u>44.999</u>

- (a) Valor líquido de contas a receber, considerando o montante de R\$79 de estimativa para créditos de liquidação duvidosa.
- (b) Valor líquido de estoque, considerando o montante de R\$810 de estimativa para perda de estoques obsoletos.

## 9. IMOBILIZADO E DIREITO DE USO

	Taxa anual depreciação	Controladora			
			31/12/2023		31/12/2022
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Móveis e utensílios	4 - 10%	19.079	(8.130)	10.949	9.369
Máquinas e equipamentos	10%	11.602	(7.208)	4.394	2.816
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 - 20%	56.191	(26.161)	30.030	29.085
Instalações	4 - 10%	31.163	(9.095)	22.068	12.446
Veículos	20%	14.522	(13.481)	1.041	1.377
Equipamentos de informática	12,5 - 20%	37.728	(21.167)	16.561	13.089
Direito de uso de imóveis	10 - 20%	136.340	(46.695)	89.645	67.522
Obras em andamento	-	6.700	-	6.700	8.273
Total		<u>313.325</u>	<u>(131.937)</u>	<u>181.388</u>	<u>143.977</u>

	Taxa anual depreciação	Consolidado			
		31/12/2023			31/12/2022
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Móveis e utensílios	4 - 10%	21.213	(8.850)	12.363	12.518
Máquinas e equipamentos	10%	15.550	(8.848)	6.702	5.405
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 - 20%	60.915	(27.942)	32.973	36.388
Instalações	4 - 10%	41.250	(11.853)	29.397	19.731
Veículos	20%	14.635	(13.534)	1.101	2.008
Equipamentos de informática	12,5 - 20%	40.536	(22.895)	17.641	16.539
Direito de uso de imóveis	10 - 20%	153.464	(52.897)	100.567	98.313
Obras em andamento	-	7.597	-	7.597	9.290
<b>Total</b>		<b>355.160</b>	<b>(146.819)</b>	<b>208.341</b>	<b>200.192</b>

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não identificou indicadores de perda por valor recuperável dos ativos imobilizados, sejam internos ou externos e, conseqüentemente, não houve necessidade de reconhecimento de perda por valor de recuperação (“impairment”). A movimentação do saldo do imobilizado e do direito de uso em operações de arrendamento mercantil é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	143.977	86.773	200.192	160.265
Adições	42.993	20.970	49.064	28.671
Baixas	(2.694)	(1.476)	(3.677)	(5.081)
Saldo advindo de incorporações	12.143	15.730	-	-
Aquisição de controlada (nota 8)	-	-	-	14.818
Incorporação de controladas (nota 8)	19.016	14.970	-	-
Adição de contratos de arrendamento	25.636	11.154	32.913	15.863
Baixa de contratos de arrendamento	(257)	-	(257)	-
Remensuração IFRS 16	-	18.838	-	21.460
Depreciação e Amortização	(59.426)	(22.982)	(69.894)	(35.804)
<b>Saldo final</b>	<b>181.388</b>	<b>143.977</b>	<b>208.341</b>	<b>200.192</b>

## 10. INTANGÍVEL

	Taxa anual amortização	Controladora			
		31/12/2023			31/12/2022
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Mais valia adquiridas	17%	5.825	(3.996)	1.829	2.469
Não concorrência	20%	18.836	(18.816)	20	100
Carteira de clientes	13%	89.118	(77.993)	11.125	12.044
Marca	15%	61.837	(27.113)	34.724	17.461
Ágio incorporadas	-	187.025	-	187.025	107.764
Software	20%	77.224	(15.131)	62.093	49.452
<b>Total</b>		<b>439.865</b>	<b>(143.049)</b>	<b>296.816</b>	<b>189.290</b>

	Taxa anual amortização	Consolidado			
		31/12/2023		31/12/2022	
		Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	
Ágio adquiridas	-	323.919	-	323.919	322.679
Mais valia adquiridas	17%	5.908	(4.049)	1.859	2.469
Não concorrência	20%	18.836	(18.816)	20	100
Carteira de clientes	13%	130.925	(102.072)	28.853	38.821
Marca	15%	116.292	(71.099)	45.193	61.118
Software	20%	77.911	(15.380)	62.531	50.611
<b>Total</b>		<b>673.791</b>	<b>(211.416)</b>	<b>462.375</b>	<b>475.798</b>

A movimentação do intangível é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	189.290	104.861	475.798	408.294
Adições	16.263	14.917	17.935	20.748
Amortizações	(15.803)	(11.814)	(30.432)	(35.343)
Baixas	(926)	(364)	(926)	(364)
Incorporações	670	4.730	-	-
Ativo intangível referente Incorporação (nota nº 8)	107.322	76.960	-	-
Aquisição de controladas (nota nº8)	-	-	-	22.530
Ágio e ativos alocados na aquisição de controladas (nota explicativa nº 8)	-	-	-	59.933
<b>Saldo final</b>	<b>296.816</b>	<b>189.290</b>	<b>462.375</b>	<b>475.798</b>

#### Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Companhia não identificou indicadores, sejam internos ou externos, de perda por valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida e, conseqüentemente, não houve necessidade de reconhecimento de perda por valor de recuperação.

Para fins de teste de recuperabilidade, em 31 de dezembro de 2023, o ágio, foi alocado às unidades geradoras de caixa ("UGCs") no respectivos segmentos da Companhia, citados abaixo.

As tendências atuais da demanda de nossos produtos, a natureza diversificada de nossos clientes e a expansão do comércio eletrônico nos levam a focar as estratégias em 3 unidades geradoras de caixa / segmentos de negócio: varejo, e-commerce e atacado. A Companhia acompanha e verifica a existência de perdas ("Impairment") com base nessas 3 unidades geradoras de caixa.

O quadro abaixo resume o valor contábil das UGCs nas quais os ágios das aquisições foram alocados para fins de teste de recuperação, incluindo os seguintes ativos que compõem os seus saldos contábeis: ativo imobilizado, direito de uso e ativo intangível (consolidado).

UGC	31/12/2023	31/12/2022
Varejo	582.242	588.231
E-commerce	7.462	7.640
Atacado	81.012	80.119
	670.716	675.990

O valor recuperável de cada UGC é determinado com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções do fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração. A taxa de desconto utilizada nas projeções de fluxo de caixa foi de 15,44% a.a., equivalente ao custo médio ponderado de capital (“WACC”).

As principais premissas utilizadas pela Companhia são conforme segue:

- Crescimento real receitas de 5,0% a.a. nos primeiros 5 anos, e 2,5% a.a. na perpetuidade.
- Inflação estimada com base nas projeções do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) – Base 09/02/2024 (Fonte: Boletim Focus).
- Custo das vendas projetado para uniformização da margem bruta em níveis constantes.
- Despesas fixas, crescentes a taxa equivalente a 50% dos acréscimos reais de receita nos primeiros 5 anos (IPCA +2,5%).

#### “Market share” durante o período de projeção

Ao utilizar os dados de cada unidade geradora de caixa para taxas de crescimento, essas premissas são importantes, uma vez que a Administração avalia como a posição da unidade, relacionada com seus concorrentes, poderia mudar ao longo do período de estimativa. A Administração espera que a participação da Companhia no mercado de revenda de autopeças aumente ao longo do período de estimativa, tanto para varejo quanto para e-commerce e atacado.

Não se espera que o efeito da entrada de novos concorrentes no mercado gere impacto adverso nas previsões contempladas no orçamento, uma vez que mesmo que o crescimento real nas receitas seja nulo, não há evidências de possível perda por redução ao valor recuperável das UGCs “Varejo”, “E-commerce” e “Atacado”.

## 11. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores (a)	303.068	254.874	362.296	330.166
Fornecedores – Convênio (b)	3.485	14.972	14.468	28.566
Total	306.553	269.846	376.764	358.732

- (a) Em 31 de dezembro de 2023 o montante de contas a pagar com partes relacionadas na controladora é de R\$72.732, e em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$70.988, originados de operações de compra e venda entre a controladora e suas subsidiárias integrais.

- (b) Refere-se a saldo a pagar junto a fornecedores pela compra de mercadorias a prazo, os quais foram intermediados pela Companhia com instituições financeiras parceiras. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes saldos foram incluídos em programa de antecipação de recursos aos terceiros, sendo de exclusividade o direito e a critério do fornecedor realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia e suas controladas. Caso o fornecedor opte por realizar a antecipação de seus recebíveis, qualquer encargo financeiro existente é de responsabilidade do fornecedor sem qualquer ônus ou impacto para Companhia. Além disso, a Administração também considerou a orientação do Ofício CVM/SMC/SEP nº 01/21, observando os aspectos qualitativos sobre esse tema e concluiu que os montantes não alteram sua estrutura de capital e não comprometem a alavancagem financeira da Companhia.

## 12. OBRIGAÇÕES E ENCARGOS TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar	10.435	7.818	11.537	9.979
Provisão para férias e 13º	24.530	19.520	27.879	25.643
Encargos sociais	8.643	6.293	9.700	8.722
Provisão PLR	-	4.463	-	5.088
	<u>43.608</u>	<u>38.094</u>	<u>49.116</u>	<u>49.432</u>

## 13. PARTES RELACIONADAS

Os saldos das transações entre partes relacionadas realizadas pela Companhia são os seguintes:

	Ativos		Passivos	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ambra Logística Ltda.	40	20	-	-
Atacado União Ltda.	-	-	13.801	13.801
	<u>40</u>	<u>20</u>	<u>13.801</u>	<u>13.801</u>

Os saldos com partes relacionadas são mútuos para gerenciamento de fluxo de caixa, sem prazo de vencimento definido e sem atualização monetária/juros.

Transações de compra e venda de mercadorias realizadas entre as empresas do Grupo totalizaram R\$432.037 em 2023 e R\$373.887 em 2022. Na tabela acima, não há saldos a receber decorrentes de transações comerciais.

### Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e conselheiros, que corresponde ao pessoal-chave da Administração da Companhia, totalizou R\$14.956 em 2023 e R\$18.722 em 31 de dezembro de 2022, relativo a benefícios de curto prazo, e encargos sociais decorrentes.

Adicionalmente, os administradores possuem planos ativos de opções de compra de ações conforme descrito na nota explicativa nº 20.e.

Obrigações com arrendamentos mercantis

As obrigações de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2023 são de R\$20.496 (R\$16.998 em 31 de dezembro de 2022) com acionistas atuais da Companhia. Os totais pagos a essas partes relacionadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$7.764 (R\$8.092 em 31 de dezembro de 2022).

Contas a pagar relativo a aquisições – Sellers Note

A Companhia possui determinadas obrigações de contas a pagar – “sellers note” – com acionistas atuais e ex-acionistas, as quais compõem parte do passivo registrado na rubrica “contas a pagar por aquisição de controladas” (vide nota explicativa nº 14). O valor a pagar às partes relacionadas é de R\$4.820 em 31 de dezembro de 2023 e R\$4.316 em 31 de dezembro de 2022.

Rateio de despesas

O total de despesas rateadas entre a Controladora e as suas controladas é de R\$18.781 em 31 de dezembro de 2023 (R\$20.841 em 31 de dezembro de 2022), conforme demonstrado na nota explicativa nº 21. A Companhia e suas controladas operam e são administradas integralmente, possuindo assim gastos comuns, os quais são rateados com base em critérios técnicos revistos periodicamente pela Administração.

## 14. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÕES DE CONTROLADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a pagar de aquisição, bruto	220.667	209.901	220.667	265.687
Ajuste a valor presente	(15.994)	(17.574)	(15.966)	(26.560)
Direito de compensação (a)	(20.737)	(10.222)	(19.637)	(17.104)
	<u>183.936</u>	<u>182.105</u>	<u>185.034</u>	<u>222.023</u>
Passivo circulante	48.913	35.930	50.012	51.823
Passivo não circulante	135.023	146.175	135.022	170.200
	<u>183.936</u>	<u>182.105</u>	<u>185.034</u>	<u>222.023</u>

(a) Refere-se ao direito de compensação a ser descontado do valor a pagar de aquisições.

A Companhia apresenta o saldo a pagar à valor presente, na data do balanço, considerando como taxa de desconto o índice prevalecente que reflete o custo de capital nas respectivas datas de aquisições.

As contas a pagar vencem como segue (fluxo de caixa bruto, não descontado):

Ano de Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	35.930	-	51.823
2024	48.913	40.710	50.012	38.276
2025	45.858	47.164	45.858	44.343
2026	50.000	42.948	50.000	40.380
2027	39.165	15.353	39.164	47.201
	<u>183.936</u>	<u>182.105</u>	<u>185.034</u>	<u>222.023</u>

A movimentação do contas a pagar por aquisição de controladas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do período	182.105	227.251	222.023	222.553
Pagamentos	(36.056)	(63.592)	(48.263)	(148.592)
Adições	-	-	-	128.880
Adição/Reversão de direitos de compensação	(3.901)	6.548	(2.532)	1.233
Correção monetária	1.824	5.312	3.245	6.098
Ajuste a valor presente	9.525	9.717	10.561	11.851
Incorporação (nº 08)	30.439	(3.131)	-	-
Saldo no final do período	<u>183.936</u>	<u>182.105</u>	<u>185.034</u>	<u>222.023</u>

#### 15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

Os valores a pagar de arrendamentos são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	25.153	-	36.155
2024	30.755	17.690	35.993	26.733
2025	29.354	14.485	32.993	20.563
2026	23.923	9.428	25.187	13.311
2027	16.132	3.442	17.396	6.680
Após 2027	19.137	424	23.158	10.821
	<u>119.301</u>	<u>70.622</u>	<u>134.727</u>	<u>114.263</u>
Ajuste a valor presente - circulante	(9.208)	(861)	(10.127)	(1.488)
Ajuste a valor presente - não circulante	(18.673)	(6.056)	(21.603)	(18.740)
	<u>91.420</u>	<u>63.705</u>	<u>102.997</u>	<u>94.035</u>
Passivo circulante	21.547	24.292	25.866	34.667
Passivo não circulante	69.873	39.413	77.131	59.368

A Companhia possui contratos de arrendamento – aluguel de imóveis majoritariamente firmados com pessoas físicas e algumas partes relacionadas, como divulgado na nota explicativa de nº 13.

A movimentação dos passivos de arrendamento é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	63.705	42.213	94.035	75.226
Remensuração IFRS 16	-	19.553	-	19.890
Adições	25.636	11.154	32.913	15.863
Baixa	(257)	-	(257)	-
Adições por incorporações	19.236	9.510	-	-
Aquisição de controlada	-	-	-	10.744
AVP - Arrendamentos	7.113	3.168	8.435	6.158
Pagamentos	(24.013)	(21.893)	(32.129)	(33.846)
Saldo final	91.420	63.705	102.997	94.035

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a companhia reconheceu o valor de R\$2.232 referente a pagamentos de arrendamentos que não atendem os critérios para serem mensurados nos passivos de arrendamento a luz do CPC 06 (R\$4.362 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

A tabela a seguir detalha as diferenças entre saldos contábeis consolidados de ativo, saldos de passivo, valores de depreciação, e juros (sem inflação futura) em comparação com a metodologia sugerida no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019:

Consolidado		2023
Passivo de Arrendamento (sem inflação)		102.997
Requerimento CVM (com inflação)		115.855
%		(11,10%)
Direito de uso (sem inflação)		96.547
Requerimento CVM (com inflação)		104.246
%		(7,39%)
Despesa Financeira (sem inflação)		31.730
Requerimento CVM (com inflação)		36.461
%		(12,98%)
Despesa de depreciação (sem inflação)		96.547
Requerimento CVM (com inflação)		104.246
%		(7,39%)

## 16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os valores a pagar de empréstimos são como seguem:

Em moeda nacional	Emissão	Vencimento	Encargos anuais %	Controladora		Consolidado	
				31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures simples (i)	10/03/2020	Mar/2027	CDI + 2,05%	92.840	119.783	92.840	119.783
Empréstimos a pagar (ii) – CCB	08/05/2020	Dez/2025	CDI + 3,45%	-	37.501	-	37.501
Empréstimos a pagar (iii) - 4131	16/03/2021	Fev/2026	CDI + 3,20%	87.345	122.643	87.345	122.643
Debêntures simples II (iv)	15/09/2021	Set/2026	CDI + 1,80%	116.886	156.471	116.886	156.471
Empréstimos a pagar - (v) 4131	17/02/2022	Fev/2027	CDI + 2,90%	32.768	42.314	32.768	42.314
Nota Comercial (vi)	29/03/2022	Mar/2027	CDI + 1,95%	144.791	-	144.791	166.097
Capital de Giro	04/11/2022	Out/2027	CDI + 1,95%	102.404	102.365	102.404	102.365
Debêntures simples III (vii)	15/04/2023	Mar/2027	CDI + 3,35%	105.777	-	105.777	-
Debêntures simples IV	20/12/2023	Dez/2028	CDI + 2,35%	250.640	-	250.640	-
(-) Custo Estruturação				(8.785)	(5.273)	(8.785)	(6.692)
Total em moeda local				924.665	575.804	924.665	740.482
Em moeda estrangeira	Emissão	Vencimento	Encargos anuais %	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
			7,25 a				
Empréstimos - Finimp	Mar/2023	Dez/2023	11,35%	15.135	6.956	15.720	8.907
Empréstimos a pagar - 4131 (viii)	10/04/2023	Abr/2028	5,117%	98.329	-	98.329	-
Custo Empréstimo 4131	10/04/2023	Abr/2028	5,2394%	2.315	-	2.315	-
(-) Custo Estruturação				(1.404)	-	(1.404)	-
Total em moeda estrangeira				114.375	6.956	114.960	8.907
Total empréstimos e financiamentos				1.039.041	582.760	1.039.626	749.389
Circulante				247.998	139.514	248.583	167.562
Não circulante				791.043	443.246	791.043	581.827

A movimentação dos empréstimos é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	582.759	500.059	749.388	500.059
Captações líquidas de custo de estruturação	569.767	148.099	572.188	309.337
Amortizações	(285.191)	(85.693)	(298.260)	(88.113)
Pagamentos de juros	(101.247)	(52.843)	(101.286)	(51.184)
Despesa de juros e custo de estruturação	113.308	73.156	121.430	79.309
Variação cambial	(4.250)	(18)	(4.209)	(19)
Incorporação (nota nº. 8)	163.520	-	-	-
Ajuste a valor justo	375	-	375	-
Saldo Final	1.039.041	582.760	1.039.626	749.389

Os custos de estruturação das debêntures e Cédulas de Crédito Bancário são alocados linearmente a medida do prazo de fruição dos empréstimos e financiamentos.

A totalidade das debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações.

- (i) Na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de fevereiro de 2020, foi discutido e deliberado a emissão de debêntures da Companhia, não conversíveis em ações, no montante de R\$140.000, com prazo de pagamento de 7 (sete) anos, sendo 2 (dois) anos de carência, com parcelas de juros e amortizações semestrais, ao custo de CDI + 2,05% a.a. As garantias estão atreladas a partes de recebíveis da Companhia, havendo cláusulas restritivas (“covenants”) – a razão entre EBITDA / Dívida Líquida deverá ser inferior a 3,5 (três inteiros e cinquenta centésimos) em 2020, inferior a 3 (três inteiros) entre 2021 e 2022, e inferior a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) a partir de 2023. As debêntures requerem cumprimento de “covenants” financeiros e não financeiros. A Companhia está adimplente com essas cláusulas.

- (ii) Em 8 de maio de 2020 a Companhia captou empréstimos Cédula de Crédito Bancário de R\$50.000 para gestão de capital de giro. As garantias estão atreladas a parte de recebíveis da Companhia, não havendo cláusulas restritivas (“covenants”). Sobre o saldo do principal incide-se juros anuais de 4,65% a.a. + CDI, com vencimento em parcela única em maio/21. Em 15 de dezembro de 2020 a Companhia repactuou as condições deste empréstimo, para o prazo de pagamento de 5 (cinco) anos, com carência de 18 meses, com parcelas de juros e amortizações semestrais, e juros anuais de 3,4506% a.a. + CDI. Evento de repactuação de taxa ocorrido em 30 de março de 2021, para 2,7497% a.a. + CDI.
- (iii) Em 16 de março de 2021, foi efetivado a operação em Cédula de Crédito Bancário - 4131 no montante de R\$150.000, com prazo de pagamento de 5 (cinco) anos, sendo 1 (um) ano de carência, com parcelas de juros e amortizações semestrais, ao custo de CDI +3,40% a.a. As garantias estão atreladas a partes de recebíveis em Cartão de Crédito da Companhia, havendo cláusulas restritivas (“covenants”) – a razão entre EBITDA / Dívida Líquida deverá ser inferior a 3 (três inteiros) entre 2021 e 2022, e inferior a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) a partir de 2023. A medição dos covenants é anual, sendo que a Companhia está adimplente com essas cláusulas com base no último exercício.
- (iv) Na Assembleia Geral Extraordinária de 15 de setembro de 2021, foi discutido e deliberado a emissão de debêntures da Companhia (2ª emissão), não conversíveis em ações, no montante de R\$150.000, com prazo de pagamento de 5 (cinco) anos, sendo 18 (dezoito) meses de carência, com parcelas de juros e amortizações semestrais, ao custo de CDI + 1,80% a.a. As garantias estão atreladas a Fiança de Aval cruzado das empresas do Grupo. Havendo cláusulas restritivas (“covenants”) – a razão entre EBITDA / Dívida Líquida deverá ser inferior a 3 (três inteiros) entre 2021 e 2022, e inferior a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) a partir de 2023. A medição dos covenants é anual, sendo que a Companhia está adimplente com essas cláusulas com base no último exercício.
- (v) Em 17 de fevereiro de 2022 a Companhia captou empréstimo de R\$40.000 para gestão de capital de giro. As garantias estão atreladas a aval das empresas do Grupo, há cláusulas restritivas (“Covenants”) a razão entre Dívida Líquida / EBTIDA deverá ser inferior ou a ou igual a 3,0 (três inteiros) em 2022, e 2,5 x a partir de 2023. Sobre o saldo do principal incide-se juros anuais de 2,90% a.a. + CDI, com prazo total de 5 anos, com 6 meses de carência para pagamentos de juros, e 1 ano de carência para pagamento do principal, ambos com parcelas semestrais.
- (vi) Conforme Ata aprovada em 21 de Março de 2022, foi discutido e deliberado a 1ª emissão de Notas Comerciais em nome da Companhia Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda., no montante de R\$160.000, (série única), data da emissão 28 de Março de 2022, com prazo de pagamento de 5 (cinco) anos, com parcelas de juros e amortizações semestrais, sendo o primeiro pagamento de amortização em 28 de Setembro de 2023, ao custo de CDI + 1,95% a.a. Garantias fidejussória na forma de Fiança, havendo cláusulas restritivas (“covenants”) – a razão entre EBITDA / Dívida Líquida deverá ser inferior a 3,0 (três inteiros) em 2022, e inferior a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) a partir de 2023. As Notas Comerciais requerem cumprimento de “covenants” financeiros e não financeiros. A medição dos covenants é anual, sendo que a Companhia está adimplente com essas cláusulas com base no último exercício.

- (vii) Na Assembleia Geral Extraordinária de 17 de abril de 2023, foi discutido e deliberado a 3ª emissão de debêntures da Companhia, não conversíveis em ações, no montante de R\$100.000 (Cem milhões de Reais), com prazo de pagamento de 5 (cinco) anos, com carência de 18 meses, parcelas de juros e amortizações semestrais, ao custo de CDI + 3,35% a.a. As garantias estão atreladas a partes de recebíveis da Companhia, havendo cláusulas restritivas (“covenants”) – a razão entre EBITDA / Dívida Líquida deverá ser inferior a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos). As debêntures requerem cumprimento de “covenants” financeiros e não financeiros. A Companhia está adimplente com essas cláusulas.
- (viii) Na Assembleia Geral Extraordinária de 10 de abril de 2023, aprovou-se a contratação de empréstimo – (operação 4131), no montante total de US\$20.000.000 (vinte milhões de dólares norte-americanos), vencimento final em 10 de abril de 2028; juros remuneratórios à taxa de 5,117003% ao ano; e devedores solidários: Jaicar Autopeças Ltda., e Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda incorporadas no exercício de 2023. Referido empréstimo possui cláusulas restritivas (“covenants”) – a razão entre EBITDA / Dívida Líquida deverá ser inferior a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos). O empréstimo requer cumprimento de “covenants” financeiros e não financeiros. A Companhia está adimplente com essas cláusulas.

Na mesma data foi contratado também junto ao Credor, operação de derivativo do tipo SWAP cambial no mesmo montante do empréstimo (US\$20.000.000), com objetivo de proteger os fluxos de caixa em moeda estrangeira, resultando em um custo efetivo do empréstimo de CDI+2,35% a.a. Vide detalhes na (nota 18).

- (ix) Conforme Ata aprovada em 12 de dezembro de 2023, foi deliberado a emissão de debêntures da Companhia (4ª emissão de Debentures simples), não conversíveis em ações, no montante de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) com prazo de pagamento de 5 (cinco) anos, sendo 18 (dezoito) meses de carência, com parcelas de juros e amortizações semestrais, ao custo de CDI + 2,35% a.a. Havendo cláusulas restritivas (“covenants”) – a razão entre EBITDA / Dívida Líquida deverá ser inferior a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos).

Em todas as operações de empréstimo, o EBITDA e Dívida Líquida são calculados conforme definições abaixo:

- “DÍVIDA LÍQUIDA”: o consolidado dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, passivos decorrentes de mútuos para partes relacionadas e contas a pagar por aquisição de curto e longo prazos, subtraídas as disponibilidades de caixa (somatório de caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras); não são considerados os passivos decorrentes de contratos de arrendamentos de imóveis. Ou seja, “Dívida Líquida” = “Empréstimos e financiamentos” (Circulante) + “Empréstimos e financiamentos” (Não circulante) + “Contas a pagar – aquisições” (Circulante e Não circulante) + “Passivo de Mútuos” (Circulante e Não circulante) – “Caixa e equivalentes de caixa” – “Aplicações financeiras”.
- “EBITDA”: significa o lucro operacional antes de depreciação, amortização, receitas/despesas não operacionais e receitas/despesas não recorrentes, resultado financeiro e impostos nos últimos 12 (doze) meses, calculado em base consolidada da Emissora e do pro forma em relação as empresas adquiridas, sendo certo que o pro forma será considerado apenas em caso de empresas adquiridas e ainda não consolidadas na devida proporção da participação da Emissora, pelo período não consolidado, de forma que não haja duplicidade de valores entre o consolidado e o proforma. Ou seja, “EBITDA” = “Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido” – “Depreciação e amortização” – “receitas/despesas não operacionais e não recorrentes”.

Os valores de empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes prazos de vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	145.764	-	173.472
2024	247.998	141.443	248.583	147.769
2025	279.217	141.443	279.217	154.436
2026	260.369	112.441	260.369	152.100
2027	167.941	41.669	167.941	121.612
2028	83.516	-	83.516	-
	<u>1.039.041</u>	<u>582.760</u>	<u>1.039.626</u>	<u>749.389</u>

Os custos de estruturação das debêntures e Cédulas de Crédito Bancário são alocados linearmente a medida do prazo de fruição dos empréstimos e financiamentos.

#### 17. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas decorrentes das operações da Companhia

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão é constituída para cobrir perdas que sejam prováveis na opinião dos assessores legais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributária	803	3.484	804	3.493
Cível	383	321	462	438
Trabalhista	3.317	1.667	3.447	1.863
	<u>4.503</u>	<u>5.472</u>	<u>4.713</u>	<u>5.794</u>

As movimentações das provisões para riscos são demonstradas a seguir:

	Controladora			
	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Saldo no início do período	1.667	321	3.484	5.472
Adições	2.132	833	18	2.983
Reversões	(793)	(167)	(2.974)	(3.934)
Pagamentos	(185)	(685)	-	(870)
Correção monetária	496	75	275	846
Adição incorporação	-	6	-	6
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>3.317</u>	<u>383</u>	<u>803</u>	<u>4.503</u>

	Consolidado			
	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Saldo no início do período	1.863	438	3.493	5.794
Adições	2.159	867	18	3.044
Reversões	(920)	(225)	(2.983)	(4.128)
Pagamentos	(185)	(715)	-	(900)
Correção monetária	530	97	276	903
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>3.447</u>	<u>462</u>	<u>804</u>	<u>4.713</u>

Em 2023 o saldo dos processos com prognóstico possível, que não são provisionados na contabilidade, perfaz R\$17.519, sendo R\$4.768 relativos a processos tributários, R\$1.221 cíveis e R\$11.530 trabalhistas (em 2022 foram R\$12.397, R\$3.913, R\$2.022 e R\$6.462 respectivamente)

## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos para proteção de riscos cambiais. A determinação do valor justo destes derivativos, o qual pode divergir dos valores realizados em caso de liquidação antecipada por conta de fatores de mercado no momento da cotação, baseiam-se em estimativas utilizando informações de mercado e fornecidas por terceiros, mensurados internamente e confrontados com cálculos realizados pelas contrapartes.

O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas.

Em 31 de dezembro de 2023 (não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2022) a Companhia possuía um SWAP e uma NDF (*non-deliverable forward*), para as quais foram utilizados os seguintes procedimentos para a obtenção de seus valores justos:

- (i) Swap: o valor futuro da ponta ativa e da ponta passiva são estimados pelos fluxos de caixa projetados pela taxa de juros de mercado da moeda em que a ponta do swap é denominada. O valor presente na ponta denominada em dólar americano (US\$) é mensurado por meio do desconto utilizando a curva do cupom cambial e no caso da ponta denominada em reais, o desconto é feito utilizando a curva de juros do Brasil, sendo a curva futura do DI, considerando tanto o risco de crédito da Companhia e da contraparte. O valor justo do contrato é a diferença entre essas duas pontas. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3.
- (ii) Non-deliverable forward (“NDF”): é efetuada uma projeção da cotação futura da moeda, utilizando-se das curvas de cupom cambial e a curva futura do DI para cada vencimento. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta cotação obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando-se o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nominal de cada contrato e trazida a valor presente pela curva futura do DI. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3.

As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	
	Valor de referência (nocional) - em US\$	Valor justo
Swap - <i>Fixed US\$</i> x CDI	20.000	(10.903)
NDF - US\$	92	(65)
		<u>(10.968)</u>
Passivo circulante		(10.408)
Passivo não circulante		(560)

Conforme mencionado na (nota 16), o instrumentos derivativo do tipo SWAP foi contratado em conjunto com o empréstimo junto ao Citibank e possui os mesmos termos do empréstimo.

Os saldos e a movimentação do derivativo tipo SWAP estão assim compostos:

<u>31/12/2023</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Ganho (perda) acumulado no resultado</u>
Contratos de SWAP		
Ponta ativa		
Posição comprada em USD	97.954	
Ponta passiva		
Posição vendida no CDI	(108.857)	
Valor líquido dos instrumentos derivativos	<u>(10.903)</u>	<u>(10.903)</u>

Movimentação do derivativo tipo SWAP contemplando ganhos (perdas) no período:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Ganhos (perdas) decorrentes de instrumentos derivativos do tipo SWAP, liquidados no trimestre	5.250
Ganhos (perdas) decorrentes de instrumentos derivativos do tipo SWAP, não liquidados	(16.153)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(10.903)</u>

Para os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Entidade, devido ao fato de os contratos serem efetuados diretamente com instituições financeiras e não por meio de bolsas de valores, não há margens depositadas como garantia das referidas operações.

## 19. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O resultado de imposto de renda e contribuição social está demonstrado conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Imposto corrente</u>				
Imposto corrente sobre o lucro do período	78	(278)	(8.247)	(29.297)
(-) Ajustes Devedores de períodos - Bases Anteriores	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	78	(278)	(8.247)	(29.297)
<u>Imposto diferido</u>				
Imposto diferido do período	4.285	21.911	4.075	24.340
Adição por aquisição de controlada	-	-	-	(2.161)
Adição por incorporação	(4.287)	(4.487)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2)	17.424	4.075	22.179
Resultado de imposto de renda e contribuição social	76	17.146	(4.172)	(7.117)

A análise a seguir reconcilia a carga tributária teórica sobre o resultado da Companhia com o crédito fiscal de IRPJ e CSLL registrado na Demonstração de Resultado, decorrente dos prejuízos operacionais incorridos e diferenças temporárias.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	18.995	29.012	23.243	52.863
Expectativa de IRPJ e CSLL à alíquota 34%	(6.458)	(9.864)	(7.903)	(17.973)
Efeito tributário sobre:				
Equivalência patrimonial	12.935	24.437	-	-
Juros sobre capital próprio a pagar	-	3.740	-	3.740
Subvenções para Investimento (ICMS)	939	501	13.112	11.346
(Adições) / Exclusões permanentes, líquidas (a)	(7.340)	(1.668)	(9.381)	(4.230)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	76	17.146	(4.172)	(7.117)
Alíquota efetiva %	0%	59%	(18%)	(29%)

(a) Contempla entre outros, ajustes de estoques, perdas diversas, despesas com eventos e prêmios a funcionários.

A Lei 9.249/95 prevê que a Companhia possa pagar Juros sobre Capital Próprio aos acionistas de forma adicional ou alternativa aos dividendos propostos, sujeita a limitações específicas, as quais resultam em dedução fiscal na determinação do imposto de renda e contribuição social. A limitação considera o maior entre: (i) TJLP (taxa de juros de longo prazo) aplicado sobre o patrimônio líquido da Companhia; ou (ii) 50% do lucro líquido do exercício. Esta despesa não é reconhecida para fins da preparação das demonstrações financeiras e por esse motivo não impacta o lucro líquido.

Os impostos diferidos ativos apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Imposto diferido ativo</b>				
Perda estimada para obsolescência de estoques	3.541	5.170	4.244	9.857
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	32.735	27.107	41.078	30.396
Amortização do ágio alocado	42.243	48.836	42.243	49.676
Prejuízo fiscal e base negativa	275.180	215.464	298.809	227.951
Arrendamento mercantil (1)	90.971	65.677	102.600	98.211
Provisão de riscos	2.294	3.843	2.503	4.133
Valor justo derivativos	5.194	-	5.194	-
Outras provisões	13.808	7.930	22.136	19.609
Base de cálculo do imposto diferido ativo	471.067	374.027	518.806	439.833
Total do Imposto diferido ativo (alíquota de 34%)	160.163	127.169	176.394	149.543
<b>Imposto diferido passivo</b>				
Amortização fiscal do Ágio	(109.274)	(53.985)	(109.274)	(51.996)
Ganho decorrente de compra vantajosa (2)	(11.361)	(11.361)	(11.361)	(11.361)
Arrendamento mercantil (1)	(85.697)	(60.401)	(96.546)	(90.310)
Taxa Depreciação Societária x Fiscal	(8.855)	(5.005)	(8.541)	(5.067)
Base de cálculo	(215.187)	(130.752)	(225.721)	(158.734)
Total do Imposto diferido passivo (alíquota de 34%)	(73.164)	(44.456)	(76.745)	(53.970)
Total imposto de renda diferido	86.999	82.714	99.649	95.574

- (1) Em 31 de dezembro de 2023, os valores referentes a arrendamento mercantil dos aluguéis, foram segregados entre diferido ativo (referentes a base do direito de uso), e passivo diferido (base do passivo de arrendamento mercantil), já em 31 de dezembro de 2022 os valores estão líquidos entre ativo e passivo.
- (2) Na aquisição da entidade Rondobras Autopeças Ltda - Roraima houve o reconhecimento de compra vantajosa, pois o valor da contraprestação foi menor do que os ativos líquidos adquiridos avaliados a valor justo. O valor da contraprestação foi determinado em transação de mercado com terceiros não relacionados à Companhia, e consta no contrato de compra e venda desta entidade. A avaliação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos foi preparada em momento posterior por avaliador qualificado e independente da Companhia.

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$90.318 e R\$70.318 em 31 de dezembro de 2022, representado por 88 milhões de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2023 e 82 milhões de ações ordinárias 31 de dezembro de 2022 respectivamente. Os acionistas são:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Ações	%	Valor	Ações	%	Valor
Stuttgart investimentos	62.416.698	70,22%	63.420	60.548.397	73,79%	51.890
Nexus Investimentos	3.418.804	3,85%	3.474	-	-	-
Juvenil Casagrande	1.941.591	2,18%	1.973	1.941.591	2,37%	1.664
Luiz Jorge de Marco	520.641	0,59%	529	520.641	0,63%	446
Adauto Lucio Paradela	434.823	0,49%	442	434.823	0,53%	373
João Henrique Fiório						
Checon	16.125.266	18,14%	16.384	14.884.864	18,14%	12.756
Gabriel Paganini Checon	2.015.658	2,27%	2.048	1.860.608	2,27%	1.595
João Pedro Paganini						
Checon	2.015.658	2,27%	2.048	1.860.608	2,27%	1595
	<u>88.889.139</u>	<u>100%</u>	<u>90.318</u>	<u>82.051.532</u>	<u>100%</u>	<u>70.318</u>

## b) Reservas de capital

Valores aportados por acionistas

O montante de reserva de capital em 31 de dezembro de 2023 é de R\$600.271 e R\$418.299 em 31 de dezembro de 2022.

## c) Reservas legal de lucros e reserva de retenção de lucros

Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada período e não deve exceder 20% do capital social ou 30% do capital social considerando as reservas de capital.

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de retenção de lucros: O saldo da reserva de retenção de lucros é decorrente da diferença entre o lucro do período menos o montante destinado a reserva legal, dividendo mínimo obrigatório e juros sobre o capital próprio.

## d) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Estatuto Social da Companhia confere aos titulares das ações dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do período, ajustado conforme os termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o período, sendo a média ponderada utilizada no cálculo do resultado por ação como segue:

<u>Resultado básico por ação</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	19.072	46.158
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	<u>84.901</u>	<u>82.052</u>
Resultado básico por ação ordinária	<u>0,2246</u>	<u>0,5625</u>

Resultado diluído por ação

O resultado diluído por ações da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, considera o incremento diluidor nas ações ordinárias em função dos planos de opções de ações detalhados no item (e) abaixo:

<u>Resultado diluído por ação</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	19.072	46.158
Quantidade média ponderada de ações considerando efeito dilutivo (em milhares)	<u>84.901</u>	<u>85.954</u>
Resultado diluído por ação ordinária	<u>0,2246</u>	<u>0,5370</u>

Como em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possui instrumentos financeiros com potenciais efeitos de diluição acionária, não há diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação.

e) Opções de Compra de Ações

Os acionistas da Companhia aprovaram quatro planos de opções de compra destinados a determinados funcionários, administradores e conselheiros (“participantes”) da Companhia (“1º Plano de Opções”, “2º Plano de Opções”, “3º Plano de Opções”, e “4º Plano de Opções”).

Há quatro programas vigentes regulados pelo 1º Plano de Opções, dois programas vigentes regulados pelo 2º Plano de Opções, um programa vigente pelo 3º Plano de Opções e um programa vigente pelo 4º Plano de Opções, os quais preveem que os participantes devem permanecer na Companhia por períodos pré-determinados, perfazendo em média 5 anos (“vesting condition”). Caso ocorram eventos de liquidez listados no Plano de Opções ou uma oferta inicial de ações da Companhia (“IPO”), as opções de compra tornam-se exercíveis pelos beneficiários.

Os eventos de liquidez são: (a) venda, cessão, permuta ou qualquer outro tipo de alienação de ações da Companhia a terceiros não afiliados à Companhia e ao seu controlador, desde que implique em transferência de controle da Companhia; (b) venda ou alienação de todos, ou substancialmente todos os ativos da Companhia a terceiros não afiliados à Companhia e ao seu controlador. Caso ocorra um evento de liquidez, todas as opções tornam-se exercíveis. Somente os itens (a) e (b) são eventos de liquidez, portanto um IPO não é um evento de liquidez para fins dos planos de opções.

O plano constitui negócio oneroso de natureza exclusivamente cível e não cria qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a Companhia ou suas controladas com os participantes, visto que os participantes correm risco de mercado e terão o dispêndio futuro para o exercício das opções.

No caso de rescisão de vínculo com a Companhia tanto nas situações motivadas pela Companhia, como em situações motivadas pelo participante, exceto em situações de justa causa, caso as opções tenham sido vendidas aos participantes (caso das opções do 1º Plano de Opções e do 4º Plano de Opções), a Companhia deverá reembolsar os participantes dos valores desembolsados inicialmente, atualizados pela variação do CDI vigente. Caso as opções tenham sido outorgadas gratuitamente (caso das opções do 2º e 3º Planos de Opções) ou em qualquer caso de rescisão motivada pela Companhia por justa causa, restarão automaticamente extintas de pleno direito, independente de aviso prévio ou indenização, todas as opções de compra de ações.

As opções relativas ao 1º, 2º, 3º e 4º programas do 1º Plano foram adquiridas pelos participantes em sua totalidade pelo valor de R\$431, reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido.

As opções relativas ao 1º e 2º programas do 2º Plano foram outorgadas gratuitamente aos participantes, e a despesa de R\$160 vem sendo reconhecida no resultado.

As opções relativas ao 3º Plano foram outorgadas gratuitamente aos participantes, e a despesa de R\$654 vem sendo reconhecida no resultado.

As opções relativas ao 1º programa do 4º Plano foram adquiridas pelos participantes em sua totalidade pelo valor de R\$179, reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido. A diferença para o valor justo, que totaliza R\$8.119 está sendo reconhecida no resultado no prazo de 5 anos a partir de junho de 2023.

Durante o ano de 2022 houve a extinção de 164.893 opções por saída dos participantes da Companhia.

No dia 9 de novembro de 2022 conforme deliberado em reunião de Conselho de Administração foi deliberado e aprovado a recompra de 321.186 opções do 1º Plano de opções pelo valor de R\$5.594. O respectivo processo de recompra das opções, foi baseado em laudo de avaliação elaborado por terceiro, sob a análise que o valor justo das opções vestidas foram valorizadas com deságio, e que a respectiva transação foi vantajosa para a Companhia. O valor da recompra das opções foi reconhecido a conta da Reserva de Capital conforme as disposições dos artigos 30, 78 e 200 da Lei das Sociedades por Ações, Resolução no. 77 da CVM – Comissão de Valores Mobiliários e CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações. Durante o ano de 2023 houve a extinção de 90.505 opções e a recompra de 130.553, ambos motivados por saída de participantes da Companhia.

As opções de ações em circulação durante o exercício estão detalhadas a seguir:

Em unidades de opções	2023		2022	
	Quantidade de opções	Preço de exercício médio ponderado (em R\$)	Quantidade de opções	Preço de exercício médio ponderado (em R\$)
Saldo no início do exercício	7.925.604	11,7011	8.161.684	9,7834
Opções concedidas durante o exercício	3.675.973	25,0064	250.000	24,2000
Recompra de opções durante o exercício	(130.553)	10,4201	(321.186)	4,6751
Extinção de opções durante o exercício	(90.505)	25,0064	(164.893)	15,4776
Saldo no fim do exercício	11.380.519	15,9077	7.925.604	11,7011

O valor justo das opções outorgadas foi calculado nas datas das respectivas outorgas de cada programa com base no modelo de Black & Scholes e a metodologia de fluxo de caixa descontado.

## 21. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta com venda de mercadorias	2.189.390	1.472.016	3.018.953	2.649.179
Receita bruta com prestação de serviço	20.055	10.046	20.881	19.569
Devoluções de vendas	(84.671)	(47.057)	(115.103)	(92.529)
PIS e COFINS	(57.748)	(43.711)	(67.820)	(63.075)
ICMS	(57.232)	(36.527)	(64.485)	(51.763)
ICMS Subvenção (i)	(2.398)	(1.474)	(38.198)	(34.173)
IPI	(1.563)	(1.703)	(3.425)	(2.830)
ISS	(1.003)	(502)	(1.043)	(978)
Total da receita operacional líquida	<u>2.004.830</u>	<u>1.351.088</u>	<u>2.749.760</u>	<u>2.423.400</u>

- (i) A controladora Fortbras Autopeças S/A e suas controladas Atacado União Ltda, e Hipervarejo Ltda. possuem benefícios fiscais de subvenções governamentais concedidas pelo Estado do Espírito Santo, e a controlada Jaicar Auto Peças Ltda. possui benefício fiscal de subvenção governamental concedida pelo Estado de Goiás. A administração da Companhia, suportada por parecer de seus assessores legais, concluiu que os benefícios advindos dessas transações se qualificam como subvenções governamentais, para o registro contábil e fiscal, conforme previsto nas normas contábeis, e fiscais aplicáveis e nota explicativa de nº2.19

Essas subvenções consistem em:

- a) Redução da base de cálculo do ICMS para vendas dentro do Estado do Espírito Santo, instituídas pela Lei nº 7.000, Art. 534-Z-Z-A do Regulamento do ICMS ES e modificações subsequentes. O crédito de ICMS nas compras é limitado a 7% e a alíquota efetiva para as vendas dentro do Estado é de 7%.
- b) Programa de Incentivo Vinculado à celebração de contrato de competitividade, instituído pela Lei Estadual ES Nº 10.568 e alterações subsequentes. Programa denominado: “Compete/ES” (abrangendo as operações de atacadista e e-commerce). Conforme previsto nesse Programa Compete/ES, a alíquota efetiva das vendas interestaduais é 1,10% e os créditos decorrentes das compras devem ser estornados. Em Goiás, programa de Incentivo Vinculado à celebração de contrato de competitividade, instituído pelo Decreto 4.852/97 e alterações subsequentes. Programa denominado: “PROTEGE/GO” (abrangendo as operações de atacadista). Conforme previsto nesse Programa PROTEGE/GO, a alíquota efetiva das vendas interestaduais é 0,90% e os créditos decorrentes das compras devem ser estornados.

A controladora e as controladas Atacado União Ltda., Hipervarejo Ltda. e Jaicar Autopeças Ltda., aderiram aos programas para usufruírem dos correspondentes benefícios, estando adimplentes com as determinações legais instituídas pelas correspondentes leis que instituíram referidos benefícios. O prazo para manutenção desses benefícios é indeterminado enquanto estiver vigente o benefício fiscal, desde que a Controladora, o Atacado União Ltda, Hipervarejo Ltda. e Jaicar Autopeças Ltda. cumpram com os formalismos previstos na referida legislação e permaneçam em situação regular perante o Fisco Estadual. As transações de compras e vendas geradas pela Controladora e pelas controladas Atacado União Ltda., Hipervarejo Ltda. e Jaicar Autopeças Ltda, são originalmente registradas nos livros contábeis e fiscais com a geração do ICMS como se não houvesse esses benefícios. Em seguida, são apurados os benefícios conforme previstos nas normas legais e fiscais aplicáveis. O benefício apurado é classificado como subvenção governamental, registrado a crédito do resultado do período, na rubrica dedução de impostos sobre vendas. Em seguida, os valores referentes a essa subvenção governamental são destinados, no patrimônio líquido, de reserva de lucros para reserva para incentivos fiscais nas controladas. Esses valores não serão distribuídos como dividendos. Em 31 de dezembro de 2023, essas subvenções para investimento resultaram em crédito à rubrica dedução de vendas, no montante de R\$38.895 e (R\$34.173 em 31 de dezembro de 2022). O saldo da Reserva de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro de 2023 é de R\$4.565 na Controladora, R\$114.121 na controlada Atacado União Ltda, R\$7.411 na Hipervarejo Ltda.

## 22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo das mercadorias vendidas	(1.369.056)	(940.326)	(1.896.294)	(1.670.164)
Salários e benefícios	(261.892)	(178.580)	(308.569)	(266.041)
Depreciação de imobilizado	(59.426)	(22.982)	(69.894)	(35.804)
Depreciação de intangível	(3.364)	(2.048)	(3.425)	(2.729)
Amortização da mais valia	(25.834)	(30.266)	(27.008)	(32.614)
Despesas com comissão de vendas	(75.440)	(49.363)	(115.669)	(97.622)
Despesas com fretes e seguros	(38.619)	(27.759)	(67.557)	(53.410)
Serviços terceiros	(67.008)	(50.323)	(78.592)	(69.302)
Despesas tributárias	(5.500)	(3.726)	(6.238)	(6.647)
Despesas com manutenção e conservação predial	(18.123)	(13.297)	(22.158)	(19.285)
Receita de compartilhamento de despesas intragrupo	18.882	20.998	-	-
Demais despesas, líquidas (1)	8.333	(8.999)	4.192	(11.096)
Equivalência patrimonial	38.043	73.285	-	-
<b>Total de custos e despesas</b>	<b>(1.859.004)</b>	<b>(1.233.386)</b>	<b>(2.591.212)</b>	<b>(2.264.714)</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Alocado a:				
Custo das mercadorias vendidas	(1.369.056)	(940.326)	(1.896.294)	(1.670.164)
Despesas de vendas	(114.170)	(77.324)	(183.425)	(151.310)
Administrativas e gerais	(379.742)	(261.576)	(450.148)	(381.772)
Despesas com depreciação e amortização	(62.790)	(25.030)	(73.319)	(38.533)
Amortização da mais valia	(25.834)	(30.266)	(27.008)	(32.614)
Outras (despesas) receitas operacionais	54.545	27.851	38.982	9.679
Equivalência patrimonial	38.043	73.285	-	-
<b>Total de custos e despesas</b>	<b>(1.859.004)</b>	<b>(1.233.386)</b>	<b>(2.591.212)</b>	<b>(2.264.714)</b>

- (1) Em 13/12/2023 a 1ª. Seção do Supremo Tribunal de Justiça julgou por unanimidade o Tema nº 1.125/STJ, que firmou entendimento favorável ao contribuinte e fixou a seguinte tese de julgamento: “O ICMS-ST não compõe a base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS devidas pelo contribuinte substituído no regime de substituição tributária progressiva”. Por força do art. 927, III, do Código de Processo Civil, os juízes estão obrigados a observar o acórdão de recurso especial repetitivo, de modo que, independentemente do status dos processos das empresas, os Tribunais deverão adequar os casos ao entendimento favorável fixado pelo STJ. A controladora e suas controladas possuem ação judicial sobre o tema, dado os aspectos narrados é praticamente certa a realização do ganho relativo à restituição dos valores recolhidos indevidamente. Diante desta decisão judicial e conforme posicionamento da CVM emitido no documento OC-SNC-SEP-0121, item 7.2 a companhia reconheceu o valor de R\$32.297, sendo R\$26.365 de imposto a serem restituídos conforme rubrica (1) e R\$5.932 relativo à correção monetária conforme nota 24 na rubrica de “Descontos obtidos e correções monetárias” em receitas financeiras.

As bonificações recebidas de fornecedores por crescimento de volume de compras são mensuradas e reconhecidas com base nos acordos comerciais, e registradas ao resultado na rubrica de custo das mercadorias vendidas à medida em que os correspondentes bônus são pagos ou creditados, dado que tem como característica o reembolso do custo de aquisição de mercadoria revendidas, em virtude de campanhas de vendas ou promoções realizadas em conjunto com nossos fornecedores.

## 23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	Varejo		Atacado		E-commerce		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	2.169.305	1.941.532	410.000	306.367	170.455	175.501	2.749.760	2.423.400
Custos das mercadorias vendidas	(1.462.828)	(1.314.095)	(309.175)	(229.248)	(124.291)	(126.821)	(1.896.294)	(1.670.164)
Lucro Bruto	706.477	627.437	100.825	77.119	46.164	48.680	853.466	753.236
<i>Margem Bruta</i>	32,6%	32,3%	24,6%	25,2%	27,1%	27,7%	31,0%	31,1%
Despesas de vendas	(122.287)	(99.175)	(19.976)	(16.507)	(41.162)	(35.628)	(183.425)	(151.310)
Margem de contribuição	584.190	528.262	80.849	60.612	5.002	13.052	670.041	601.926
	26,9%	27,2%	19,7%	19,8%	2,9%	7,4%	24,4%	24,8%

O desempenho dos segmentos é avaliado pelo principal tomador de decisão de forma a acompanhar o desempenho comparativo das margens brutas e margens comerciais por segmento, haja vista que os atuais sistemas de informação permitem alocar adequadamente as receitas, custos e despesas de vendas por segmento. Na atual estrutura de gestão, despesas gerais, administrativas e financeiras são parte de um “pool” comum de despesas, sem critérios técnicos de associação direta aos três segmentos.

Na posição patrimonial, o item que deriva diretamente dos segmentos e pode ser quantificado são as contas a receber de clientes. Estoques e, em consequência, contas a pagar a fornecedores são comuns aos segmentos. Na logística, os centros de distribuição servem a todos os segmentos em suas atividades de recebimento, guarda e entrega de produtos. Alguns outros ativos, como ativo imobilizado, direitos de uso de imóveis e ativo intangível, poderão ser associados a um ou outro segmento. Não obstante, é tão pequena a parcela dos ativos que poderiam ser diretamente relacionados aos segmentos, que tornaria a informação insignificante. Essa linha de julgamento justifica a ausência de segregação de ativos e passivos entre os segmentos.

## 24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Receitas financeiras</u>				
Juros sobre aplicações financeiras	13.263	8.080	15.778	17.583
Juros de clientes	11.851	8.386	14.765	12.295
Descontos obtidos e correções monetárias ativas	8.671	4.903	10.949	5.121
Total de receitas financeiras	33.785	21.369	41.492	34.999
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros e correção monetária sobre contas a pagar aquisição de controladas	(1.707)	(5.550)	(3.128)	(6.336)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(125.566)	(73.973)	(133.627)	(92.251)
Juros sobre arrendamentos	(8.099)	(3.557)	(10.595)	(5.105)
Tarifas bancárias e despesas com boletos e cartões	(13.962)	(8.786)	(16.407)	(13.515)
Descontos concedidos e correções monetárias passivas	(2.963)	(5.893)	(3.441)	(6.593)
Outros	1.208	(2.471)	964	(4.647)
Total de despesas financeiras	(151.089)	(100.230)	(166.234)	(128.447)
Ajuste a valor presente - aquisição de controladas	(9.526)	(9.829)	(10.562)	(11.963)
Total resultado financeiro, líquido	(126.830)	(88.690)	(135.304)	(105.411)

## 25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais e políticas

A Administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas pela Tesouraria da Companhia por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelos comitês internos e aprovados pelo Conselho de Administração. A Aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo derivativos, relação a essas políticas é apresentada e avaliada tempestivamente pelos comitês internos e Conselho de Administração.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, por categoria, mensurados ao custo amortizado e valor justo são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Ativos financeiros</u>				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	550.341	106.560	571.170	180.924
Contas a receber de clientes (Nota 6)	241.515	224.213	338.987	325.776
Partes relacionadas (Nota 13)	40	20	-	-
	<u>791.896</u>	<u>330.793</u>	<u>910.157</u>	<u>506.700</u>
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado				
Fornecedores (Nota 11)	306.553	269.846	376.764	358.732
Partes relacionadas (Nota 13)	13.801	13.801	-	-
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 14)	183.936	182.105	185.034	222.023
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	<u>938.397</u>	<u>582.760</u>	<u>938.982</u>	<u>749.389</u>
Valor justo por meio do resultado				
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	100.644	-	100.644	-
<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>				
SWAP (Nota 18)	10.903	-	10.903	-
	<u>1.554.234</u>	<u>1.048.512</u>	<u>1.612.327</u>	<u>1.330.144</u>

A Companhia e suas controladas classifica a mensuração dos valores justos dos seus instrumentos financeiros como nível 2, utilizando como base as seguintes regras de hierarquização:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: Outras Informações, com exceção das incluídas no nível 1, observadas para ativo ou passivos similares, diretamente como preços ou indiretamente como técnicas de avaliação resultantes de preços.

Nível 3: Resultantes de técnicas de avaliação que não derivam de um mercado ativo.

#### Fatores de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros; riscos de mercado (incluindo risco de moeda e taxa de juros), de crédito e liquidez. O programa de gestão de riscos da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizado instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósito especulativo.

### Risco de mercado

Refletem os riscos de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue como resultado de mudanças de câmbio e preço. No caso da Companhia, a mesma está exposta ao risco de câmbio decorrente de empréstimo denominado em moeda estrangeira, conforme detalhados a seguir nessa nota explicativa.

#### a) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de câmbio resultante de contrato de empréstimo denominado em moeda estrangeira, diferente da moeda funcional. Para a redução da referida exposição, foram implantadas políticas para proteger o risco cambial, que estabelecem níveis de exposição vinculados a esses riscos.

Os procedimentos de tesouraria definidos pelas políticas vigentes incluem rotinas tempestivas de avaliação da exposição cambial da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

A política de proteção cambial da Companhia, considera os valores em moeda estrangeira dos saldos a pagar dos compromissos assumidos e registrados nas demonstrações financeiras.

Conforme política de proteção cambial, os derivativos contratados pela Entidade deverão eliminar o risco cambial de instrumentos financeiros em moedas diferentes de sua moeda funcional e limitar as perdas por variação cambial de fluxos de caixa futuros.

Para proteger as exposições cambiais com relação à moeda estrangeira, a Entidade contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo SWAP.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentava saldo de passivo em moeda estrangeira sem proteção cambial no montante de R\$18.035 (Em 31 de dezembro de 2022 de R\$8.907).

Para fins de análise de sensibilidade da exposição à variação cambial, a Companhia também considerou o saldo do instrumento derivativo do tipo SWAP (conforme detalhes divulgados na nota 16) utilizando as informações do Boletim Focus, divulgada pelo Banco Central para o cenário provável. A análise foi feita para o horizonte de três meses sobre os saldos expostos de forma líquida e assumindo que eles se mantenham constantes, apurando o diferencial de juros e variação cambial para cada um dos cenários projetados.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, em relação à expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

<u>Indicador</u>	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remoto</u>
Câmbio (R\$/US\$)	4,90	6,13	7,35

		Controladora				
		Risco	31/12/2023	Provável	Possível	Remoto
Empréstimos em moeda estrangeira, sem proteção cambial (nota 16)	Aumento taxa câmbio (R\$/US\$)		17.450	(213)	(4.630)	(9.046)
Derivativo - SWAP (nota 18)	Exposição líquida ao aumento da taxa de câmbio (R\$/US\$)		10.903	(134)	(2.893)	(5.652)
			<u>28.353</u>	<u>(347)</u>	<u>(7.523)</u>	<u>(14.698)</u>

		Consolidado				
		Risco	30/09/2023	Provável	Possível	Remoto
Empréstimos em moeda estrangeira, sem proteção cambial (nota 16)	Aumento taxa câmbio (R\$/US\$)		18.035	(221)	(4.785)	(9.349)
Derivativo - SWAP (nota 18)	Exposição líquida ao aumento da taxa de câmbio (R\$/US\$)		10.903	(134)	(2.893)	(5.652)
			<u>28.938</u>	<u>(355)</u>	<u>(7.678)</u>	<u>(15.001)</u>

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de:

- 1) Aplicações financeiras que são remuneradas por taxas de juros variáveis.
- 2) Obrigações a pagar relativas à aquisição das empresas do Grupo União, que são atualizadas pelo CDI.
- 3) Empréstimos e financiamentos cujas taxas de juros são variáveis
- 4) Operações de SWAP e NDF onde há troca exposição cambial por taxas de juros.

Esse risco é administrado pela Companhia.

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos em 31 de dezembro de 2023. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o período.

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com aumento de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, como cenário possível e cenário remoto, respectivamente. A taxa considerada deriva de análises de mercado e de estimativas internas elaboradas pela Administração da Companhia, e são demonstradas a seguir:

Indicador	Provável	25%	50%
CDI	11,65%	14,56%	17,48%

O risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados em 31 de dezembro de 2023 é a sua elevação, uma vez que o saldo das aplicações financeiras referenciadas ao CDI é inferior ao saldo da obrigação a pagar relativa à aquisição das empresas do Grupo União e dos empréstimos e financiamentos, que também são atualizadas pelo CDI.

Abaixo, é apresentado o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses, considerando os cenários acima:

		Controladora			
	Risco	31/12/2023	Provável	Possível	Remoto
Aplicações financeiras (Nota 5)	Elevação do CDI	530.470	61.800	90.498	108.640
Contas a pagar por aquisição de controlada (Nota 14)	Elevação do CDI	(4.004)	(466)	(683)	(820)
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	Elevação do CDI	(1.021.590)	(119.015)	(174.283)	(209.222)
Instrumentos financeiros Derivativos (Nota 18)	Elevação do CDI	(10.903)	(1.270)	(1.860)	(2.233)
		<u>(506.027)</u>	<u>(58.952)</u>	<u>(86.328)</u>	<u>(103.634)</u>

		Consolidado			
	Risco	31/12/2023	Provável	Possível	Remoto
Aplicações financeiras (Nota 5)	Elevação do CDI	550.846	64.174	93.974	112.813
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 14)	Elevação do CDI	(4.004)	(466)	(683)	(820)
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	Elevação do CDI	(1.021.590)	(119.015)	(174.283)	(209.222)
Instrumentos financeiros Derivativos (Nota 18)	Elevação do CDI	(10.903)	(1.270)	(1.860)	(2.233)
		<u>(485.651)</u>	<u>(56.578)</u>	<u>(82.852)</u>	<u>(99.461)</u>

A Companhia vem aplicando seus recursos em instituições aprovadas pela Administração, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os seus níveis de endividamento, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, acrescentadas dos juros a transcorrer, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Controladora						
	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Fornecedores (Nota 11)	306.553	-	-	-	-	306.553
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 14)	47.767	55.328	50.000	51.193	22.090	226.378
Arrendamento a pagar (Nota 15)	32.253	28.980	23.269	15.872	18.927	119.301
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	342.981	361.733	310.319	193.821	94.172	1.303.026
	<u>729.554</u>	<u>446.041</u>	<u>383.588</u>	<u>260.886</u>	<u>135.189</u>	<u>1.955.258</u>
Consolidado						
	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Fornecedores (Nota 11)	376.764	-	-	-	-	376.764
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 14)	47.767	55.328	50.000	51.193	22.090	226.378
Arrendamento a pagar (Nota 15)	37.661	32.449	24.533	17.136	22.948	134.727
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	343.566	361.733	310.319	193.821	94.172	1.303.611
	<u>805.758</u>	<u>449.510</u>	<u>384.852</u>	<u>262.150</u>	<u>139.210</u>	<u>2.041.480</u>

d) Gestão do capital social

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia poderá efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas e captação de novos empréstimos.

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 14)	183.936	182.105	185.034	222.023
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	<u>1.039.041</u>	<u>582.760</u>	<u>1.039.626</u>	<u>749.389</u>
Dívida Total	<u>1.222.977</u>	<u>764.865</u>	<u>1.224.660</u>	<u>971.412</u>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	550.341	106.560	571.170	180.924
Dívida Líquida	<u>672.636</u>	<u>658.305</u>	<u>653.490</u>	<u>790.488</u>
Patrimônio Líquido	758.197	537.153	758.197	537.153
Índice de endividamento líquido	0,89	1,23	0,86	1,47

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia poderá efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas e captação de novos empréstimos.

## 26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens e direitos sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade (informação não revisada pelos auditores independentes):

<u>Modalidade</u>	<u>Objeto</u>	<u>Cobertura (Limite máximo de garantia)</u>	<u>Vigência</u>
Cobertura Básica	Patrimonial	R\$126 Milhões	25/08/2023 a 25/08/2024
D&O	Administradores	R\$30 Milhões	01/09/2023 a 01/09/2024
Responsabilidade Civil	Danos materiais/corporais	R\$5 Milhões	25/08/2023 a 25/08/2024

Os seguros patrimoniais que visam garantir as unidades de negócio da Companhia contam com cobertura para eventos decorrentes de incêndio, queda de raio, explosão, lucros cessantes decorrentes de incêndio, alagamento e inundação, roubo e furto qualificado de bens e danos elétricos.

A Administração acredita que suas apólices, contratadas junto a renomada seguradora, refletem as condições usuais de mercado para os tipos de seguros que contrata e abrangem coberturas em escopo e montantes considerados suficientemente adequados.

## 27. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM OS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

### Em 2023

- Na Controladora e no Consolidado houve adições nos saldos de direito de uso decorrentes da assinatura de novos contratos de arrendamento mercantil nos valores de R\$25.636 e R\$32.913 respectivamente controladora e consolidado, com contrapartida no passivo. Vide notas explicativas nº 9 e nº 15.
- No Consolidado houve compensações de créditos tributários referentes a IRPJ/CSLL nos valores de R\$4.337.
- Na Controladora houve aumento em ativos e passivos em decorrência de incorporações de controladas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

### Em 2022

- Na Controladora e no Consolidado houve adições nos saldos de direito de uso decorrentes da assinatura de novos contratos de arrendamento mercantil nos valores de R\$11.154 e R\$15.863 respectivamente controladora e consolidado, com contrapartida no passivo. Vide notas explicativas nº 9 e nº 15
- Houve uma reversão de distribuição de lucros na controlada, que em ato contínuo constituíram contratos de mútuos com a Controladora no montante de R\$13.801, além de liquidação de contrato de mútuo da Controladora para a controlada oriundo de distribuição de lucros no montante de R\$253.
- Em 25 de abril de 2022, a Companhia adquiriu o controle da totalidade do capital da Batista e Naves Ltda que teve sua denominação social alterada para Jaicar Autopeças Ltda sendo que: R\$85.000 pagos à vista, R\$15.000 com vencimento em 2023 e R\$40.000 com vencimento em 2027.
- No Consolidado houve compensações de créditos tributários referentes a IRPJ/CSLL nos valores de R\$30.879.
- Na Controladora houve aumento em ativos e passivos em decorrência de incorporações de controladas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em 1 de março de 2024 a Companhia deliberou sobre o não pagamento de dividendos obrigatórios referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme previsto no parágrafo 2º do artigo 19 de seu Estatuto Social. O referido dividendo será destinado a conta de Reserva de Lucros

## 29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2024.

---